



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 061

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 061

55ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 05

Requerimentos 06

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira..... 12

Dep. Elio Rusch 13

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 15

Dep. Tadeu Veneri..... 16

Dep. Mauro Moraes 17

Dep. Rosane Ferreira 18

Grande Expediente:

Dep. Cleiton Kielse..... 18

Dep. Valdir Rossoni 21

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 13

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 15

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 23

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....25

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati.....27

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel28

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto.....28

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse.....29

Liderança do Governo

Dep. Enio Verri30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente32

Discussão/Votação

Redação Final32

2ª Discussão33

1ª Discussão33

Requerimentos35

Encerramento da Sessão36

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....36

Diretoria Geral

Portarias37

Atas de Comissões.....38

Redação38

Direitos Humanos e Cidadania ..39

DIÁRIO Nº 061**55ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE JUNHO DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins e Plauto Miró (05).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob o nº CTL/CC 177/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 211/08 de autoria da Comissão Executiva, que dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ficam reajustados no percentual de 5%, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15844. **Anote-se. - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 167/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 758/07 de autoria do Deputado Reni Pereira, por considerá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 169/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 150/08-GS/SETU, acerca da Indicação Legislativa nº 708. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 170/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 174/08-AT/SETR, acerca da Indicação Legislativa nº 642. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 171/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 183/08-AT/SETR, acerca da Indicação Legislativa nº 677. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 172/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 189/08-AT/SETR, acerca da Indicação Legislativa nº 679. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 173/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 184/08-AT/SETR, acerca da Indicação Legislativa nº 684. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 174/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 056/08-SEAP, acerca da Indicação Legislativa nº 714. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1227/08/GS do Sr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita documentos e esclarecimentos sobre o Programa de Saúde da Família - PSF, no município de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1038/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias do Processo nº 490310/07-TC, referente à impugnação da Universidade Estadual de Londrina - UEL. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1039/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias do Processo nº 92462/04-TC, referente à impugnação da UNESPAR - Faculdade de Estadual de Direito do Norte Pioneiro. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1057/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias do Acórdão nº 247/08 - Tribunal Pleno, exarado no Processo nº 77734/07-TC, referente ao recurso de revista de impugnação de despesas da Secretaria de Estado de Obras Públicas. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº INCRA/SR 09-G 1686 da Sra. Claudia Sonda - Superintendente Regional do INCRA no Paraná, encaminhando uma via do 1º Termo Aditivo CRT/PR nº 24.001/08, celebrado entre INCRA/EMATER, com interveniência da SEAB, cujo objeto é a prorrogação do prazo de vigência e alteração das metas do convênio de ATES Assessoria, Técnica, Social e Ambiental. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 304/08-GAB/SFA/PR do Sr. Antonio H. S. Mascarenhas Neto - Superintendente Federal - Substituto, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informado que foram descentralizados recursos da ordem de R\$ 609 mil e R\$ 432 mil destinados aos convênios celebrados entre o MAPA/SFA/PR e IAPAR/PR, com a finalidade de apoiar investimentos destinados a sanidade da citricultura no estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 200/08 Agência Governo do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, informando sobre o Contrato Repasse 175.766-47/2005/MJ/CAIXA/2005, que tem por finalidade a construção da Penitenciária Industrial Semi-Aberta no município de Maringá. **Ao conhecimento da Casa.**

Da Sra. Lygia Lumina Pupatto - Presidenta do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, encaminhando sob o Protocolo nº 3523 desta Casa de Leis, a Prestação de Contas do Fundo Paraná - exercício 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Da Sra. Lygia Lumina Pupatto - Presidenta do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, encaminhando sob o Protocolo nº 3524 desta Casa de Leis, a Prestação de Contas do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia - exercício 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 381/08 do Sr. Professor Dr. Wilmar Sachetin Marçal - Reitor da Universidade Estadual de

Londrina, encaminhando cópia do Relatório Anual, Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis da referida universidade, referente ao exercício de 2007.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº PRESI-0718/08 do Sr. Murilo de Oliveira Schmitt - Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, encaminhando cópias dos documentos referentes à prestação de contas relativas ao exercício de 2007 do Fundo de Desenvolvimento Econômico, administrado pela mesma. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1098/08-GS/SEED do Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação e Superintendente do Paranaeducação, encaminhando Relatório da Prestação de Contas referente ao exercício de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº PRESI-0591/08 do Sr. Murilo de Oliveira Schmitt - Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, encaminhando cópias dos documentos referentes à prestação de contas relativas ao exercício de 2007 da Agência de Fomento do Paraná S.A., na qual está inserida a prestação de contas do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 010/08 do Sr. Luiz Fernando F. Delazari - Presidente do Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito - FUNRESTRAN, encaminhando prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2007 do referido órgão. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 637/08-GS do Sr. Luiz Fernando F. Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando prestação de contas do Departamento de Trânsito - DETRAN, referente ao exercício de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1877/08-GAB/SEDU do Sr. Luiz Forte Neto - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Superintendente do PARANACIDADE, encaminhando o relatório de gestão de 2007, do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 055-DEAP da Sra. Daysi Lúcia Ramos de Andrade - Diretora do Arquivo Público do Paraná, encaminhando a prestação de contas do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná - DEAP, referente ao ano de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 247/08-GRE do Sr. Professor Dr. Décio Sperandio - Reitor da Universidade Estadual de Maringá, encaminhando o processo de prestação de contas da Universidade Estadual de Maringá referente ao exercício de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 376 do Sr. João Carlos Gomes - Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encaminhando a prestação de contas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, referente ao exercício de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº DP 388/08 do Sr. Stênio Sales Jacob - Diretor-Presidente da SANEPAR, encaminhando prestação de contas da referida companhia, pertinente ao ano de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 097/08 do Sr. Valdir Izidoro Silveira - Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR, encaminhando cópia da documentação referente a prestação de contas da citada empresa, pertinente ao exercício de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº DAF 075/08 do Sr. Ademir Bier - Diretor Administrativo e Financeiro da Secretaria de Estado dos Transportes, encaminhando relatório de atividades desenvolvidas no exercício de 2007 pela FERROESTE, acompanhado das Demonstrações Contábeis. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 077/08-DIPRE do Sr. Ney Amilton Caldas Ferreira - Diretor-Presidente da COHAPAR, encaminhando documentos de prestação de contas geral - exercício 2007, da referida companhia. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 133/08

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Governador, Roberto Requião e ao Exmo. Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião, reformas em geral no Colégio Estadual Júlio Szymanski, no município de Araucária.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado de Educação, a execução das seguintes reformas no Colégio Estadual Júlio Szymanski:

- reforma de 7 (sete) banheiros, conforme Protocolo nº 5.941.557-3, datado de 19/07/04;
- construção de muro para cercar a quadra poliesportiva e providenciar a iluminação da mesma, conforme Protocolos nºs 5.941.006-07 e 8.057.102-0, ambos datados de 20/04/04;
- aumento da altura do muro e a instalação de grades nos pontos de riscos, conforme Protocolo nº 5.941.005-9, datado de 20/04/04;

- troca da instalação elétrica, conforme Protocolo nº 9.610.154-6, datado de 20/04/04.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Júlio Szymanski, localizado no município de Araucária, foi fundada no ano de 1956. É o maior colégio estadual do município, atende 2.500 (dois mil e quinhentos) alunos no ensino médio.

Entretanto, para que possa continuar a realizar plenamente suas funções, educando para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para com toda a sociedade, o colégio necessita das reformas acima citadas.

Os banheiros que são utilizados pelos estudantes e colaboradores do colégio estão se tornando inviáveis já que suas condições não atendem à higiene mínima necessária para saúde dos mesmos.

Enquanto que, a construção de muro para cercar a quadra poliesportiva que fica localizada nos fundos do colégio e fora do pátio, necessita das reformas indicadas pelos respectivos protocolos já que, para se ter acesso a este espaço que é do colégio é necessário atravessar a rua. Os alunos e professores ficam expostos a riscos, pois o local é ocupado por pessoas alheias a comunidades escolares. À noite, é impossível trabalhar com os alunos porque não há iluminação no local e a insegurança aumenta em virtude da violência na região.

No mesmo sentido, sugerimos que o aumento da altura do muro que envolve o pátio do colégio, bem como a instalação de grades nos pontos de riscos. A medida se faz necessária devido ao fato de existirem no ambiente escolar, vários becos entre os blocos onde estão situadas as salas de aula e que os mesmos se tornam esconderijos tanto para pessoas estranhas que pulam os muros quanto para os alunos. Cumpre destacar que foi a própria Patrulha Escolar quem solicitou ao colégio a instalação de grades em pontos estratégicos para fechar os becos e evitar que alunos, professores e funcionários sejam expostos a perigos desnecessários.

Além disso, necessita da troca de toda a fiação elétrica de sua estrutura que estão em estado extremamente precário. A medida se faz necessária devido ao fato das instalações existentes serem muito antigas e estarem na iminência de causarem um acidente, pondo em risco todas as pessoas que frequentam o colégio.

Assim, sugerimos as reformas acima mencionadas, o que possibilitaria um adequado ambiente escolar aos estudantes.

Cumpre destacar que os pedidos acima foram formulados, já foram solicitados à FUNDEPAR e ao Núcleo Regional de Educação da Região Metropolitana Sul, desde o ano de 2004, mas que ainda não foram atendidos.

INDICAÇÃO Nº 134/08

SÚMULA:

Sugere que o torcedor identificado praticando violência, tenha a obrigação de se apresentar na Dele-

gacia que registrou a ocorrência 2 (duas) horas antes do início, e permanecer no local até 2 (duas) horas após o término do jogo partida do seu time.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Mauro Moraes, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que o torcedor identificado praticando violência, tenha a obrigação de se apresentar na Delegacia que registrou a ocorrência 2 (duas) horas antes do início, e permanecer no local até 2 (duas) horas após o término do jogo partida do seu time.

II - estamos apresentando a presente indicação, que o Estatuto do Torcedor prevê penalidades para maus torcedores. O artigo 39 da lei prescreve que “aquele que promover tumulto, praticar ou incitar a violência ficará impedido de comparecer às proximidades, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de três meses a um ano”.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) MAURO MORAES

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1377

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 234/08, que declara de utilidade pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal, com sede e foro no município de Laranjal, por existir a Lei nº 14842, de 20/10/05.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1378

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 229/08, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lobato, com sede no município de Lobato e foro na comarca de Colorado, por existir a Lei nº 12775, de 20/12/99.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1381

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, no uso de suas atribuições regimentais, vem comunicar, a nova composição da Liderança do PT: Líder: Péricles de Mello e Vice-Líder: Pedro Ivo.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO, ENIO VERRI, ELTON WELTER E TADEU VENERI.

REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Celso Varasquin, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Soares da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1362

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zilma Leal Stremel, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1363

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Severino, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1364

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Olinda Ribeiro de Lima, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1365

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da menor Ana Julia Ramires Lacerda, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1366

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdir Alcenio Gregório, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1367

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlito Garcia, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emilio Rosa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Armínio dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1370

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alesandro da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1371

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vilmar do Amaral Arnald, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1372

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nivaldo de Souza Palmas, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria Sauerbier, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1374

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Josefina Rossini Ruh, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1380

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Supremo Tribunal Federal, pela liberação da utilização de células-tronco embrionárias para aplicação em pesquisas científicas e terapias, em julgamento realizado no dia 28/05/08.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) LUIZ MALUCELLI

REQUERIMENTO Nº 1390

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações à Sra. Flora Munhoz da Rocha por ter sido eleita para a Academia Paranaense de Letras - APL. Nascida em 21/09/1902, a nova ocupante da cadeira nº 10 da APL foi cronista em diversas publicações, inclusive da saudosa revista O Cruzeiro. Durante muitos anos também foi articulista na Gazeta do Povo e tem mais de 11 (onze) livros publicados. Filha de Affonso Camargo, ex-Presidente do Estado, Flora Munhoz da Rocha casou-se em 1929 com Bento Munhoz da Rocha Netto, com quem teve 5 (cinco) filhos.

Esta Casa de Leis se sente honrada em reverenciar a história de vida e a capacidade de realização da Sra. Flora Munhoz da Rocha, e lhe presta merecidas homenagens ao destacar, com júbilo, a sua eleição para a Academia Paranaense de Letras do Paraná.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1382

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Defensor Público-Chefe da Defensoria Pública da União no Paraná, Dr. Gabriel Faria Oliveira.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Gabriel Faria Oliveira, que ocupa o cargo de Defensor Público-Chefe da Defensoria Pública da União no Paraná, e ao longo dos anos tem mostrado a toda a sociedade a presteza com que exerce seu ofício levando a todo brasileiro o direito fundamental de acesso à justiça.

REQUERIMENTO Nº 1383

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao ecologista José Pedro Naisser.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao ecologista José Pedro Naisser, devido ao excelente trabalho desenvolvido em favor da sustentabilidade, da natureza e da vida.

REQUERIMENTO Nº 1384

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao autor do livro Espírito que Salva, Wilson Francisco Ferreira dos Santos.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao escritor Wilson Francisco Ferreira dos Santos, autor do livro Espírito que Salva. Formado em Direito, Wilson ingressou no Ministério Público e hoje é Procurador de Justiça aposentado pelo estado do Paraná. Além disso, exerceu o Magistério em vários níveis. Ingressou na vida literária para enfrentar a profunda dor da perda do filho único. Assim o autor buscou forças na sua incondicional fé em Deus. E é a busca e o encontro dessa fé que ele descreve por meio de passagens bíblicas e de citações de outras obras que tratam sobre o mesmo tema: a constância na fé em Deus, sobre todas as coisas.

REQUERIMENTO Nº 1385

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Diretora Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Dra. Ana Flora França e Silva.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Diretora Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, Dra. Ana Flora França e Silva, pela excelência na atuação frente a este órgão eleitoral, e também pelo brilhantismo na carreira de professora de Direito Eleitoral.

REQUERIMENTO Nº 1386

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Presidente da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais (CACIOPAR) na gestão de 2007/2008, Sr. Lenecir José Benacchio.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Presidente da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais (CACIOPAR) na gestão de 2007/2008, Sr. Lenecir José Benacchio. Ao assumir a presidência da entidade, Benacchio demonstrou grande capacidade de administração e organização executadas com excelência profissional. Sua gestão foi pautada na reestruturação e recuperação da credibilidade de uma coordenadoria formada por 46 associações comerciais, e obteve resultados bons como consequência do comprometimento desta diretoria.

REQUERIMENTO Nº 1387

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Lar Batista Esperança, por ocasião dos 20 anos de existência.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Lar Batista Esperança, que no último mês de abril completou 20 anos de existência. Desde a data de inauguração, em 22/04/88, cerca de 491 crianças de 01 dia de vida até 21 anos foram atendidas. Atualmente, 115 pessoas ajudam no Lar, demonstrando que o carinho e o amor são o caminho para prosseguir e vencer.

REQUERIMENTO Nº 1388

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e con-

gratulações ao Templo de Curitiba Brasil.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Templo de Curitiba Brasil, que é o centésimo vigésimo sexto (126º) templo em operação da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. O templo na capital do Paraná foi dedicado (inaugurado) no mês de maio de 2008 e é o quinto em território brasileiro.

Assim como os demais templos, este sediado em Curitiba, irá dedicar o mesmo zelo ao voluntariado. O templo beneficiará mais de 42.000 membros dignos da Igreja Mórmon dos estados do Paraná e Santa Catarina.

Dentre os programas desenvolvidos estão o Mãos que Ajudam e o Fundo Perpétuo da Educação.

O primeiro é um programa permanente de ajuda humanitária e de serviço comunitário que mobiliza milhares de voluntários de todas as idades, estendendo a mão a quem precisa. Em parceria com outras entidades, instituições religiosas, empresas privadas, órgãos governamentais ou organizações assistenciais, eles levam alento aos menos favorecidos em asilos, orfanatos, creches, ruas e onde houver necessidade.

O Fundo Perpétuo da Educação tem o objetivo de dar uma boa educação a estudantes pobres no mundo em desenvolvimento. Por meio de empréstimos com juros baixos, esses estudantes conseguem ter um ótimo aprendizado. Mais que 10.000 empréstimos já foram feitos, e o projeto está expandindo.

REQUERIMENTO Nº 1389

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, Sra. Maria Goretti David Lopes.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, Sra. Maria Goretti David Lopes, devido aos anos de dedicação e aos importantes esforços em prol da valorização da classe dos enfermeiros, que representa cerca de 60,2% da força de trabalho em saúde no Brasil.

REQUERIMENTO Nº 1391

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão moção de aplauso à COCAMAR Cooperativa Agroindustrial, pelo fato de essa cooperativa figurar na lista das 100 maiores empresas exportadoras do Paraná em 2007. Liderada por seu Diretor-Presidente, Sr. Luiz Lourenço, a COCAMAR aumenta a cada ano suas atividades e

empreendimentos, tornando-se exemplo de boa administração e símbolo vivo de que, no estado do Paraná, as cooperativas que se dedicam com determinação aos seus projetos e sonhos podem fazer a diferença.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia a COCAMAR por ocasião da celebração da sua excelente colocação na lista das 100 maiores empresas exportadoras do Paraná de 2007, destacando sua trajetória de sucesso e o fato de ter-se tornado motivo de orgulho para todos os paranaenses, em especial para os moradores de Maringá e região.

Requer-se à Mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Diretor-Presidente da COCAMAR, Sr. Luiz Lourenço, na sede dessa entidade.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1392

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão moção de aplauso à Usina de Açúcar e Alcool Goioerê Ltda., pelo fato de essa cooperativa figurar na lista das 100 maiores empresas exportadoras do Paraná em 2007. Liderada por seu Diretor-Superintendente, Sr. Reinaldo Massao Okamoto, a Usina Goioerê aumenta a cada ano suas atividades e empreendimentos, tornando-se exemplo de boa administração e símbolo vivo de que, no estado do Paraná, as cooperativas que se dedicam com determinação aos seus projetos e sonhos podem fazer a diferença.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia a Usina de Açúcar e Alcool Goioerê Ltda. por ocasião da celebração da sua excelente colocação na lista das 100 maiores empresas exportadoras do Paraná de 2007, destacando sua trajetória de sucesso e o fato de ter-se tornado motivo de orgulho para todos os paranaenses, em especial para os habitantes de Goioerê, Moreira Sales e região.

Requer-se à Mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Diretor-Superintendente da Usina de Açúcar e Alcool Goioerê Ltda., Sr. Reinaldo Massao Okamoto, na sede dessa entidade.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1393

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão moção de aplauso à COAMO - Agroindustrial Cooperativa, pelo fato de essa cooperativa figurar na lista das 100 maiores empresas exportadoras do Paraná em 2007. Liderada por seu Diretor-Presidente, Sr. José Aroldo Gallassini, a COAMO aumenta a cada ano suas atividades e empreendimentos, tornando-se

exemplo de boa administração e símbolo vivo de que, no estado do Paraná, as cooperativas que se dedicam com determinação aos seus projetos e sonhos podem fazer a diferença.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia a COAMO por ocasião da celebração da sua excelente colocação - 8º lugar - na lista das 100 maiores empresas exportadoras do Paraná de 2007, destacando sua trajetória de sucesso e o fato de ter-se tornado motivo de orgulho para todos os paranaenses, em especial para os moradores de Campo Mourão.

Requer-se à Mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Diretor-Presidente da COAMO, Sr. José Aroldo Gallassini na sede dessa entidade.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1394

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão moção de aplauso à Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda. - COOPCANA, pelo fato de essa cooperativa figurar na lista das 100 maiores empresas exportadoras do Paraná em 2007. Liderada por seu Diretor-Presidente, Sr. Elias Fernando Vizotto, a COOPCANA aumenta a cada ano suas atividades e empreendimentos, tornando-se exemplo de boa administração e símbolo vivo de que, no estado do Paraná, as cooperativas que se dedicam com determinação aos seus projetos e sonhos podem fazer a diferença.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia a COOPCANA por ocasião da celebração da sua excelente colocação na lista das 100 maiores empresas exportadoras do Paraná de 2007, destacando sua trajetória de sucesso e o fato de ter-se tornado motivo de orgulho para todos os paranaenses, em especial para os moradores do Noroeste do Paraná.

Requer-se à Mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Diretor-Presidente da COOPCANA, Sr. Elias Fernando Vizotto, na sede dessa entidade.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1389-A

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM Sr. Rafael Greca e Macedo, Diretor-Presidente da COHAPAR, informar o que segue:

1. Quantas unidades habitacionais estão previstas para serem entregues pela COHAPAR neste ano?

2. Quais os municípios que serão contemplados com as unidades habitacionais previstas para este exercício?

Qual a data prevista para a entrega, em cada município? Há possibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos para cada um dos projetos programados para este ano? Em caso contrário informar os novos prazos ajustados.

3. Qual o número de servidores vinculados a COHAPAR? Informar, separadamente, os servidores próprios da empresa, concursados, contratados, comissionados, estagiários, e respectivos cargos.

4. Informar também qual o número de servidores terceirizados, ou sejam aqueles que prestam serviços a COHAPAR, através de empresas terceirizadas para prestação de serviços, seja mediante contrato ou convênio. Informar nome e CNPJ dos prestadores de serviços, contratados ou conveniados.

5. Qual o custo da folha de pagamento da COHAPAR, detalhar o valor da folha correspondente aos servidores próprios e aqueles que estejam prestando serviços à companhia através de empresas terceirizadas.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(aa) VALDIR ROSSONI, EDGAR BUENO, MARCELO RANGEL e ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1395

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário Estadual dos Transportes, Sr. Rogério Walbach Tizzot, solicitando especial atenção para que, dentro das possibilidades e prerrogativas, seja viabilizada a recuperação da rodovia estadual PR/475 - entre a cidade de São Jorge D'Oeste e a Usina de Salto Osório - trecho de 26 quilômetros.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Sabemos do esforço que o Governo do Estado fez e continua fazendo para recuperar a malha viária do Paraná e também da luta que faz em relação aos abusos cometidos pelas concessionárias dos pedágios, com a qual nos somamos. Mas infelizmente todo esse esforço não foi o suficiente para cobrir 100% das rodovias estaduais justificando-se, assim, o presente pedido.

Esta rodovia está praticamente intransitável e infelizmente é a única via de acesso que a população do distrito de Sede Paranhos do município de São Jorge D'Oeste, de aproximadamente duas mil pessoas, tem para a cidade e também é a única via de acesso à Usina Salto Osório, considerada como principal ponto turístico do município e daquela microrregião.

Em função da importância desta rodovia estadual para o município e região, consideramos extremamente necessária a sua recuperação.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 247/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Implantar a disciplina Educação Musical como parte integrante da grade curricular das escolas estaduais de nível fundamental e médio no estado do Paraná.

Art. 2º A disciplina Educação Musical será ministrada por professores com formação específicas na área.

Art. 3º A Educação Musical no currículo obrigatório das escolas estaduais e municipais do estado do Paraná tem por objetivo:

I - Estimular nos alunos o prazer de fazer e ouvir música.

II - Estimular a elaboração da musicalidade, a criação e a improvisação, o conhecimento da linguagem musical tradicional e atual e processos de escutas diferenciadas.

III - Desenvolver a sensibilidade musical dos alunos como instrumento de diálogo cultural e percepção da musicalidade como elemento de socialização.

IV - Ampliar o conhecimento dos alunos sobre a cultura brasileira, latino-americana e universal, utilizando a música como um de seus elementos básicos, criadores e definidores.

V - Estabelecer vínculo entre as demais disciplinas do ensino fundamental e médio, em especial, mas não exclusivamente, história geral e do Brasil, filosofia, ciências sociais e cultura brasileira.

Art. 4º Cabe ao Governo Estadual:

I - Promover concurso público para professores na área.

II - Estimular a formação de professores na disciplina.

III - Estabelecer a obrigatoriedade de implantação da disciplina educação musical na grade curricular.

IV - Disponibilizar material necessário para a implantação.

V - Estabelecer a especialização de Orientação Pedagógica com especialidade em educação musical.

Art. 5º É responsabilidade das Unidades Escolares:

I - Estabelecer parâmetros de orientação pedagógica e coordenação de ações intra e extra-escolares da disciplina Educação Musical.

II - Estabelecer os conteúdos mínimos da disciplina Educação Musical no ensino fundamental e ensino médio no estado do Rio de Janeiro.

Art. 6º Caberá a Secretaria de Estado da Educação, formar orientadores especializados na área de Educação

Musical e garantir junto as Unidades Escolares a implantação e orientações necessárias.

Art. 7º Os Sistemas de Ensino terão três anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas por esta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/06/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A música é uma prática social, que constitui instância privilegiada de socialização, onde é possível exercitar as capacidades de ouvir, compreender e respeitar o outro.

Estudos e pesquisas mostram que a aprendizagem musical contribui para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e afetivo e, principalmente, para a construção de valores pessoais e sociais de crianças e jovens. A educação musical escolar não visa à formação do músico profissional, mas o acesso à compreensão de diversidade das práticas e de manifestações musicais da nossa cultura, bem como de culturas mais distantes.

A música também se constitui em campo específico de atuação profissional. Pelo seu potencial para desenvolver diferentes capacidades mentais, motoras, afetivas, sociais e culturais de crianças, jovens e adultos, à música se configura como veículo privilegiado para se alcançar as finalidades educacionais almejadas pelo Sistema de Ensino.

A educação deve ser vista como um processo global, progressivo e permanente, que necessita de diversas formas de estudos para seu aperfeiçoamento, pois em qualquer meio sempre haverá diferenças individuais, diversidade das condições ambientais que são originários dos alunos e que necessitam de um tratamento diferenciado. Neste sentido deve-se desencadear atividades que contribuam para o desenvolvimento da inteligência e pensamento crítico do educando, como exemplo: práticas ligadas a música e a dança, pois a música torna-se uma fonte para transformar o ato de aprender em atitude prazerosa no cotidiano do professor e do aluno.

A música quando bem trabalhada desenvolve o raciocínio, criatividade e outros dons e aptidões, por isso, deve-se aproveitar esta tão rica atividade educacional dentro das salas de aula.

A expressão musical desempenha importante papel na vida recreativa de toda criança, ao mesmo tempo em que desenvolve sua criatividade, promove a autodisciplina e desperta a consciência rítmica e estética. A música também cria um terreno favorável para a imaginação quando desperta as faculdades criadoras de cada um. A educação pela música proporciona uma educação profunda e total. Cabe aos professores criar situações de aprendizagem nas quais as crianças possam estar em relação com um número variado de produções musicais não apenas vinculadas ao

seu ambiente sonoro, mas se possível também de origens diversas, como, de outras famílias, de outras comunidades, de outras culturas de diferentes qualidades: folclore, música popular, música erudita e outros.

Todavia, no âmbito da legislação estadual da Educação, embora indique a obrigatoriedade do ensino da arte, é lei ambígua em seus termos. A expressão ensino da arte permite uma multiplicidade de interpretações, o que acarretaria a manutenção de práticas polivalentes de educação artística e a ausência do ensino de música nas escolas.

Muitos concursos públicos recentes, realizados para o magistério em diversas regiões do país, persistem em buscar professores de educação artística, embora a educação superior já possua formação de professores específica em cada uma das expressões de artes, como: visuais, música, dramaturgia e dança. Há, portanto, uma incoerência entre as demandas de docentes por parte das instâncias públicas e privadas e o que está acontecendo na prática de formação de professores.

Como forma de solucionar a questão, apresento o projeto de lei em tela, propondo a implantação gradativa e conceitual da obrigatoriedade do ensino da música na grade curricular, a ser ministrado por professores com formação específica na área.

Pequeno Expediente:

Com a palavra no Pequeno Expediente, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo este espaço para relatar um pouco o que ocorreu na 12ª Conferência da UNALE. Tivemos a presença de mais de 600 Deputados do Brasil inteiro, Senadores, Governadores. Tivemos a presença do representante do colegiado do Presidente de Assembleias Legislativas, bem como de Presidente do CONFAZ. E o ponto alto foi o debate sobre a reforma tributária.

A Comissão que eu coordeno nacionalmente, teve a oportunidade de estar na mesma Mesa com o ex-Ministro Antonio Pallocci, Relator do orçamento, Deputado José Pimentel; também com o Vice-Presidente Deputado Edinho Bez e mais quatro membros da Comissão Especial da Reforma Tributária. Com as presenças também do Governador de Minas Gerais, Aécio Neves; do Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul; do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigoto; da Senadora Kátia Abreu, do Democratas de Tocantins; e pudemos debater sobre o andamento da reforma tributária.

Gostaria de passar que há uma grande vontade e uma oportunidade que a reforma tributária saia da Câmara Federal até 17 de julho.

O Governo perdeu, no 1º mandato em que tinha alta aceitação popular, de encaminhar as reformas. E, agora estamos no momento em que a economia suporta e dá tempo para consertar.

Como membro da Comissão desta Casa a nossa preocupação é em retirar, das Assembleias Legislativas, as competências legislativas. Essa nossa preocupação foi colocada e houve a garantia, do ex-Ministro e do Relator, de que, não só a nossa questão da perda do poder em legislar, como também a ofensa ao pacto federativo, será contemplada. Nos garantiram a participação, não mais o acompanhamento, no relatório. Bem como ao colegiado de Secretários da Fazenda, presididos pelo Deputado Estadual Humberto Lucena Filho, do Ceará.

Gostaria de passar a nossa preocupação, desde o ano de 2003, das Assembleias Legislativas perderem a capacidade de legislar sobre os impostos estaduais. Aos poucos ela vai, na verdade, contaminando os membros do Governo Federal e, também, os membros do Congresso Nacional que estão dispostos a flexibilizar, e o que é melhor, há a possibilidade de criação de dois fundos. As Assembleias, muito provavelmente, também garantirão a prerrogativa de legislar sobre a aplicação desses fundos que serão criados. É bem verdade que a região sul e sudeste, provavelmente, sejam beneficiadas com apenas um fundo e não mais um fundo de desenvolvimento que deve substituir aquelas verbas do nordeste, principalmente em relação às perdas que possam ter com a reforma. Mas a constatação que tivemos é que, ao contrário da outra reforma, essa vai ser aprovada provavelmente ainda este ano.

Algo que foi debatido, inclusive pela Senadora Kátia Abreu do Democratas, é de algumas questões que temos que acertar nessa reforma tributária. Enquanto se debate uma reforma tributária, em paralelo, se sugere uma lei complementar para criar um imposto sobre a Saúde. Quer dizer, será que o próprio Governo não acredita na reforma tributária? Por que não consolidamos no sistema tributário, no arcabouço jurídico, inclusive, esse imposto para o custeio da Saúde? Então, é um debate que, provavelmente, será levado para todas as Assembleias, todos os estados e o distrito federal que estavam representados nessa Conferência, que teve mais de 1.100 participantes, sendo mais de 600 Deputados Federais.

Esse debate da reforma tributária, a nossa preocupação que surgiu inicialmente aqui no Paraná, hoje, está correndo todas as Assembleias do Brasil, só que diferente de antes, que era só uma Comissão de acompanhamento, ela foi ouvida pelo ex-Ministro e Presidente da Comissão e, certamente, algumas ponderações, inclusive aquelas que foram tratadas, na semana anterior, aqui em Curitiba, com a presença de todos os Presidentes das Assembleias, foram reiteradas na cidade de Fortaleza e serão, com certeza, consideradas. A UNALE trouxe para nós e endossou as propostas de Líderes de todos os Presidentes das Assembleias do Brasil inteiro, que foi tida aqui em Curitiba, aquela carta de Curitiba. Então, saiu a carta de For-

taleza com as propostas da UNALE, dos Deputados, juntamente com a dos Presidentes das Assembléias, que saiu daqui de Curitiba, bem como também com a opinião dos Secretários da Fazenda de todo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns, Deputado! A preocupação é de todos os Parlamentares, realmente.

Segundo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Antes de qualquer coisa, gostaria de agradecer ao Deputado Reni Pereira que, com muita competência, com muita sabedoria, e é do seu ramo efetivamente a questão tributária, o senhor que veio da Secretaria da Fazenda, tem um vasto conhecimento sobre a questão tributária do estado e por que não dizer do Brasil. Essa questão que V. Exa. levantou na UNALE, hoje, estão debatendo em todas as Assembléias Legislativas do nosso país. Parabéns pelo seu trabalho!

Paralelamente a isso, Srs. Deputados, mais uma vez, na Sessão de hoje, gostaria de discorrer sobre aquela nova contribuição, novo imposto que o Governo Federal quer criar, quer empurrar goela abaixo na sociedade do Brasil, ou seja, a CSS. Ora, o Brasil se vou livre, no ano passado, da CPMF. Mostrou-se para a sociedade do Brasil que a CPMF não se fazia necessária, porque havia um aquecimento na economia e um crescimento da receita tributária nos Governos, tanto no Governo Federal quanto no Governo Estadual. Isso ficou comprovado no final do ano. O Governo arrecadou mais de 60 bilhões do que era sua previsão em 2006, quando elaborou o seu orçamento. Falamos dessa tribuna que no orçamento você estima receita e fixa despesa. A despesa ficou fixada e a estimativa da receita superou em R\$ 60 bilhões, em 2007. Se retirarmos toda a CPMF, o Governo ainda tem um superávit de mais de R\$ 20 bilhões. Deputado Dobrandino, falamos desta tribuna, mas é importante repetir esses números, os quatro primeiros meses de 2007 e os quatro primeiros meses de 2008. Deixamos para que a sociedade do Paraná, para que os Parlamentares e para que o povo do Brasil inteiro possa fazer a sua avaliação e possa tirar a sua conclusão, se é necessária a criação dessa nova CPMF ou não.

Tivemos esse ano, de janeiro a abril, uma receita acima de R\$ 220 bilhões, que representou 25 bilhões a mais do que no ano passado. Em porcentagem, 12,56% a mais se arrecadou esse ano, de janeiro a abril, no mesmo período de 2007. Vem um fato curioso, em 2007, tínhamos a CPMF e neste ano, nessa receita, não consta o CPMF. Por que instituir a CPMF? Dizer que não se consegue cumprir a Emenda Constitucional nº 029 que está

sendo votada, agora, no Congresso Nacional, a sua regulamentação, e querem empurrar goela abaixo uma emenda na lei complementar instituindo essa CSS, que não deixa de ser a CPMF.

Ora, Srs. Deputados, as previsões mostram que esse ano teremos um superávit em torno de 40 bilhões acima do que foi estimado no ano passado. Por que criar um novo imposto? Não é possível. Não cabe a Assembléia legislar sobre isso. Quem vai legislar é o Congresso. Sei que nesse momento a imprensa do Paraná que está aqui presente, tenho certeza que as pessoas do Paraná que vão tomar conhecimento de uma ou outra forma do nosso pronunciamento, convençam os Deputados Federais do Paraná, os Senadores do Estado do Paraná, para que não aprovem.

Dizer que recebi e acredito que todos os Srs. Deputados devem ter recebido no dia de hoje uma correspondência da FACIAP - Federação das Associações Comerciais do Oeste do Paraná, que congrega 283 filiações, representando mais de 40 mil empresas do estado do Paraná. A FACIAP faz um apelo aos Deputados Estaduais, aos Deputados Federais e aos Senadores e tenho certeza de que ela apela à sociedade do Brasil inteiro, para que digam não à criação desse novo imposto.

Passa a usar o horário da Liderança do Partido Democratas

Alguém me disse hoje que em um programa de televisão de rede nacional - embora o seu nome correto seja Contribuição Social para a Saúde - a sigla CSS seria, Deputado Antonio Belinati, Contribuição Sem Sentido. Porque na verdade, o José Agripino Mayer, que é o Líder dos Democratas no Senado, e a nossa assessoria nos dá a orientação agora, foi ele que falou no Senado. Por que essa contribuição, se este ano vamos ter um superávit de R\$ 40 bilhões? Cedo aparte ao Deputado Romanelli

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Entendo que V. Exa. vai à tribuna e trata de um tema que é absolutamente importante. Eu mesmo, ontem, estava tratando com o Secretário da Saúde do Estado do Paraná, de resolver uma pendência com o Governo Federal porque desde dezembro foram suspensas as cirurgias eletivas. O estado está bancando pelo seu orçamento todas as cirurgias que estão sendo realizadas. V. Exa. talvez não tenha prestado atenção, mas todas as cirurgias que estão sendo feitas pelo SUS estão sendo bancadas pelo estado. Desde dezembro não há repasses de recursos por parte do Governo Federal. E digo isso no sentido de que não foi à toa que Deputados Federais importantes do estado do Paraná se reuniram com o Ministro da Saúde e muitos Deputados aqui do nosso estado, que na minha avaliação não são os maiores entusiastas do Governo Federal, se reuniram e discutiram a criação da CSS.

Temos que reconhecer, o valor do pagamento dos procedimentos das cirurgias está muito baixo. Está fal-

tando dinheiro na área da Saúde. Se está sobrando dinheiro, se está tendo superávit da união na arrecadação de impostos, reconheçamos, o dinheiro não está indo para a área da Saúde. Então, Deputado Elio Rusch, entendo que é importante essa discussão no sentido de que se criarmos uma contribuição para o setor da Saúde, ela de fato tem que estar vinculada à execução dessa política pública que é importantíssima.

Agora, que V. Exa. tem razão que a carga tributária é muito elevada, que já pagamos muito imposto, é verdadeiro. Mas, por outro lado, daqui a alguns dias certamente a rede hospitalar pública e privada do estado não vai continuar bancando, porque o Governo do Estado também sozinho não agüenta. O volume de recursos é muito grande. O financiamento da Saúde tem que ser passado a limpo nacionalmente mesmo, porque senão vamos ficar com discurso contra a criação de imposto, mas ao mesmo tempo o imposto arrecadado não está sendo destinado à Saúde.

Por isso, o seu pronunciamento é importante, mas acho que devemos conversar com os Deputados Federais para esclarecer essa problemática que é muito grave e, na minha avaliação, é uma questão que tem que ser muito bem discutida.

Parabéns a V. Exa. pela abordagem do tema, só que entendo que temos de ser profundos para discutir esse tema da forma mais abrangente possível.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço, Deputado Romanelli.

Até o ano passado, 31 de dezembro, tínhamos a CPMF. A Saúde, não melhorou. Nem na CPMF e muito menos sem ela. O que melhorou foi o caixa do Governo. Agora, se o Governo arrecada, Deputado Tadeu Veneri, 40 bilhões a mais no ano, por que ele não pega desses 40 bilhões que ele arrecada a mais e joga 10 bilhões que ele diz que essa CSS dá para o Governo Federal? Agora, o Governo Federal, o que precisa fazer? Parar de criar cargos, parar de criar Ministérios, parar de gastar mal o dinheiro e, efetivamente, usar o dinheiro para a sua finalidade. Não é possível! As pessoas morriam na fila quando tinha a CPMF e hoje continuam morrendo na fila! As pessoas não têm assistência. Os donos de hospitais, e há hospitais se descredenciando do SUS, nós tínhamos e temos um problema sério no Paraná e no Brasil, que é o problema dos hospitais psiquiátricos. E por que o Governo não desloca esses recursos que ele arrecada a mais para a Saúde? O Governo quer usar esse dinheiro para aplicar em outras atividades, para atender seus Deputados da base com emendas, para atender seus Deputados da base para levar recursos para seus municípios. E a Saúde? Onde que ela fica? Não sou eu que digo isto. Não sou eu. São os economistas que dizem isto, são os números que mostram que o Governo arrecada mais. O Governo arrecadou, fora a CPMF, mais de 20 bilhões ano passado. Onde foram os 20 bilhões? Onde é que vão parar os 40 bilhões este ano? Onde é que vão parar?

No ano passado, quando se fez o orçamento, se estimou uma receita, fixou-se despesa e essa receita estimada - e está aqui o Deputado Enio Verri, que veio para a Assembleia Legislativa, que foi o Secretário de Planejamento, todos nós entendemos ao menos um pouco de orçamento - estima a receita e a receita foi estimada e agora vai ter um superávit de 40 bilhões e diz que não vai ter dinheiro para a Saúde. Por que não tem dinheiro para a Saúde? Usa esse dinheiro, mas vamos parar de penalizar a sociedade brasileira que não agüenta mais pagar impostos. Parece que cada vez que tem algum problema no Brasil: "Ah, vamos aumentar o imposto, porque se não fizer, senão aumentar o imposto, a Saúde não vai funcionar". Por que não funcionou? Falta vontade política, falta vontade administrativa, falta determinação e dizer: "Eu quero resolver e está aqui. Quero resolver determinados setores, mas a Saúde é uma necessidade". Com a saúde não se brinca e muito menos agora, quando o próprio Presidente da República diz: "Olha, eu não quero criar um novo imposto, só vou aceitá-lo se o Congresso fizer."

Agora, querer atribuir todo o desgaste desse imposto para o Congresso? Será que os Parlamentares vão aceitar isto? Não é possível! Se o Governo quer dinheiro, diga: "Eu preciso de dinheiro, sim", mas não transfira a responsabilidade para o Poder Legislativo. Assuma a sua responsabilidade e seja coerente com o que faz. Diga para o Brasil: "Eu tenho 40 bilhões a mais este ano e destes 40 bilhões eu vou jogar 10, ou 15, ou 20 bilhões para a Saúde, porque é uma receita a mais que se tem no Governo Federal."

Agora, a sociedade brasileira não pode continuar pagando. Hoje foi a FACEAP que mandou um documento que todos os senhores devem ter recebido. Amanhã talvez seja a FAEP. Depois de amanhã não sabemos quem e espero que a sociedade toda se mobilize, no Brasil inteiro, como se mobilizou com o "Xô CPMF" no Brasil. Acabem com esse imposto, a sociedade não agüenta mais a carga tributária. Pagar 38% sobre o PIB nacional? Não é possível! É só no Brasil. E quando tem algum problema: "Ah, não, vamos cobrar mais!" E daí se diz, Deputado Luiz Malucelli, não estou marginalizando o pobre, mas quem mais paga é o pobre, sim. Ele é tributado, sim, nos impostos que são criados no nosso Brasil.

Agora podem dizer: "Não, esta nova contribuição está isenta para quem ganha até R\$ 3 mil." Pode o Governo dizer: "Não, para quem ganha até R\$ 3 mil estará isento desta contribuição." Engana-se a sociedade brasileira. O Governo tem a boca de um leão muito grande e o leão é perigoso, ele morde profundo.

Então, encerro o meu pronunciamento dizendo o seguinte: o que o José Agripino disse lá no Congresso, é uma contribuição, a CSS é uma contribuição sem sentido, que não traz sentido nenhum, porque recurso tem que chegar no Governo Federal. Basta ele usá-lo da melhor forma possível para que a sociedade efetivamente seja contemplada.

Obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, Sras. e Srs. telespectadores, com grande honra, Sr. Presidente, há alguns dias eu participei de um evento, a meu ver, muito importante, promovido pela Sociedade Bíblica do Brasil, de um projeto que terá início por estes dias, no início de julho para ser mais preciso, projeto este que irá mobilizar a sociedade brasileira.

Todos sabemos que 2008 é um ano extremamente importante, do ponto de vista histórico, porque comemoramos a chegada da côrte portuguesa ao nosso Brasil. O que poucas pessoas sabem e pouco é divulgado é que, por ocasião da abertura dos portos que historicamente é ensinado nas escolas, nos bancos escolares, uma das mais preciosas encomendas foi enviada à nossa recém-pátria: a Bíblia Sagrada. A Sociedade Bíblica Inglesa Internacional aproveitou, com a abertura dos portos brasileiros, o envio, se não me falha a memória, de 12 mil exemplares da Bíblia sagrada, na nossa língua portuguesa, até então o português falado em Portugal.

Por essa razão, a Sociedade Bíblica do Brasil, fazendo alusão a essa data tão importante, 2008, intitulou 2008 como o ano da Bíblia no Brasil e aproveita para fazer também a comemoração dos seus 60 anos de existência. A Sociedade Bíblica do Brasil é a segunda Sociedade Bíblica mais antiga do mundo e ela lançou uma proposta, proposta esta que este Parlamentar abraçou a causa e, de primeira mão, trago aqui ao conhecimento de V. Exas. e da sociedade, através dos microfones da Assembléia Legislativa, um projeto para fazer, em todo Brasil, duas Bíblias manuscritas envolvendo todas as pessoas que assim entenderem e tiverem interesse de escrever um verso, ou um versículo da Bíblia Sagrada em seus respectivos estados, e mais, uma Bíblia por cada estado, totalizando 29 Bíblias manuscritas.

Para que V. Exas. se inteirem mais desse projeto, a Bíblia Sagrada indiscutivelmente é um dos livros de maior respeito, independentemente de ser ou não de cunho religioso. É uma preciosidade literária a qual ainda, até os dias de hoje, não houve similar. É o livro mais lido do mundo, é o maior livro mais vendido no mundo, é o livro que tem o maior número de traduções em relação a qualquer outro best-seller.

E como chegou até nós a Bíblia Sagrada? Houve um processo muito interessante. Inicialmente a Bíblia é composta de 66 livros, sendo que 27 são do Novo Testamento e 30 do Antigo Testamento ou Velho Testamento. Ela foi escrita, mais ou menos, num período de 1400 a 1450 anos, nesse período, por pessoas de diferentes culturas, diferentes cidades, diferentes formações, médicos,

pescadores, agricultores e todos os tipos de pessoas que possamos imaginar. Na Idade Média, por exemplo, existiu a figura de personagens anônimos chamados copistas.

Esses homens tinham a responsabilidade em um determinado local.

Sr. Presidente, vou fazer uso do horário do bloco. (Assentimento)

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Eles tinham a responsabilidade de transcrever os textos sagrados, para que então se reproduzisse a Bíblia Sagrada como nós a conhecemos nos dias de hoje.

A proposta da Sociedade Bíblica do Brasil é justamente essa: que as pessoas, num voluntariado imenso, se coloquem à disposição, igual nos tempos antigos, fazendo papel de copistas. Possam cada um, voluntariamente, transcrever pelo menos um verso da Bíblia Sagrada, um versículo da Bíblia Sagrada. Já aderem ou aderiram a esse movimento pessoas de todos os tipos de credos: Padres, Pastores, pessoas tidas como descrentes, não religiosas, ateus, tendo em vista o reconhecimento dessa obra importante à humanidade, que é a Bíblia Sagrada, do ponto de vista histórico, do ponto de vista de resgatar os valores morais da sociedade. Há declarações de pessoas gnósticas que afirmam - isso está registrado no site do projeto - que embora não acreditam no cunho espiritual dos textos da Bíblia, reconhecem, porque viram isso no convívio com várias pessoas a influência que os textos da Bíblia produziram positivamente na recuperação de viciados, pessoas marginalizadas, pessoas em diversas situações que eram postas à margem da sociedade.

Por essa razão, no projeto da Sociedade Bíblica se estabelecerão vários *scriptoriuns*, que era o termo usado no latim antigo, onde os copistas faziam a transcrição desses textos, dessas obras. Com o multiplicar desses *scriptoriuns* se criará uma grande *scriptoria*, que é o plural de *scriptoriun*.

Este Parlamentar, além de convidar os demais Pares a participarem desse movimento que tem um cunho social muito grande, eu vou relacionar, tenho a oportunidade de transcrever a próprio punho um verso da Bíblia Sagrada. São mais ou menos 32 mil e 500 versículos. Também este Parlamentar fará uma solicitação a V. Exa., Deputado Nelson Justus, Presidente Nelson Justus, para que a Assembléia Legislativa, além de ceder um espaço físico para se instalar um *scriptorium*, para que os copistas, Deputados ou não Deputados, possam, a próprio punho, dar continuidade a esse projeto de transcrição da Bíblia Sagrada, mas que também façamos uma solenidade convidando todos os Parlamentares, o Poder Executivo, na figura do nosso Governador, do Vice-Governador, dos Secretários, para também prestigiarem esse ato que será de grande relevância à história. Em comemoração aos 200 anos da chegada da Bíblia Sagrada

ao nosso país e também a oportunidade de deixar na história essa sua participação.

Dos objetivos, para ser bem específico, desse projeto, estarei pontuando os seis primeiros:

(Lê):

“- incluir a Bíblia Sagrada na agenda cultural da sociedade brasileira, de forma a sensibilizar a população e a mídia, além de permitir que a mensagem bíblica alcance os 184 milhões de brasileiros;

- contribuir para a valorização da preservação e transmissão da cultura;

- envolver diretamente cerca de 900 mil pessoas na revisão, pela escrita, de um dos textos mais importantes da nossa civilização;

- realizar uma ação pedagógica que incentive a leitura e a busca pelo conhecimento, mobilizando inúmeros agentes da cultura, educação e espiritualidade na reflexão sobre os diferentes aspectos e contribuições da Bíblia Sagrada para a humanidade;

- mobilizar a população brasileira a transcrever o conteúdo integral da Bíblia no Distrito Federal e em cada estado brasileiro, além de dois exemplares copiados pela população de todas as regiões do país, totalizando 29 Bíblias manuscritas;

- estimular a contribuição financeira voluntária para ampliar o acesso de escrituras em braile e áudio aos deficientes visuais atendidos pelo Programa Inclusão do Deficiente Visual.”

Programa muito antigo da Sociedade Bíblica, programa que conheço e também sou colaborador.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fica aqui o registro desta data importante, que é para aqueles de cunho religioso ou não, aqueles que, do ponto de vista histórico, reconhecem a Bíblia Sagrada como uma grande preciosidade literária, histórica, religiosa, espiritual para toda a humanidade.

Duzentos anos da chegada da Bíblia Sagrada ao Brasil, 60 anos da existência da Sociedade Bíblica do Brasil, com este projeto que haverá, sem dúvida, de mobilizar todos os brasileiros e também deixar o registro de V. Exas. e, porque não dizer, da Assembléia Legislativa neste ato tão nobre e tão importante.

Fica aqui o registro. Fica aqui a minha contribuição em divulgar o projeto e o meu pedido, ainda que informal. Eu o farei pessoalmente, Sr. Presidente, para que a Assembléia Legislativa ceda um espaço para um *scriptorium*, para que também dê sua parcela de contribuição. Uma vez estas Bíblias finalizadas, serão encadernadas e cada uma delas será cedida, doada para a Biblioteca Pública Estadual de cada estado, perpetuando assim este gesto, este ato e esta data tão importante de 200 anos da chegada dos textos sagrados ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Meus cumprimentos ao Pastor Edson Praczyk.

Concedemos a palavra ao 4º orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso do horário do Pequeno Expediente, hoje, a pedido do SindSaúde para ler uma moção que foi tirada na última Assembléia do SindSaúde e que diz respeito à situação vivida pelos funcionários do CRE Marechal. Recentemente tivemos um problema com uma funcionária que tinha dificuldades para conseguir sua aposentadoria, por uma imposição do Chefe do CRE Marechal.

Trouxemos o problema, que foi solucionado por conta de uma intervenção direta do Líder do Governo, mas mesmo assim temos problemas. E quero ler, aqui, esta moção, que diz o seguinte: “Omissão e perseguição do Diretor torturam servidores.

Há mais de três anos na chefia do Centro Regional de Especialidades da Marechal, Renato Marin tem toda a gestão marcada por atos de intimidação e práticas de humilhação e rebaixamento dos servidores. Estas atitudes são uma espécie de psicoterrorismo. É o assédio moral em grande escala.

A atual gestão está crivada de erros burocráticos e administrativos, que vão desde o desdém com o patrimônio público até o desrespeito a garantias legais dos trabalhadores.

Os usuários do Sistema Público de Saúde estão sendo prejudicados, porque há alguns aparelhos para realização de exames quebrados. O raio X, por exemplo, está quebrado há mais de um ano. Quem fica mais tempo na fila de espera para exame é a população.

Na outra ponta, os servidores, vêm convivendo, e ressaltamos, adoecendo, com as medidas do Diretor. A servidora, esta que citei, com direito à aposentadoria, teve o processo engavetado na sua sala e o processo só foi solucionado com a intervenção do Líder do Governo, Luiz Claudio Romanelli. Outro servidor tirou férias, inclusive está presente aqui conosco. O contracheque dele veio zerado, depois de 30 dias, e dado como falta, mesmo estando em férias. Roberto Nunes Ferreira recebeu neste mês o seu contracheque zerado, ainda o CRE Marechal, e esse funcionário veio até nós, porque não está conseguindo fazer com que o Diretor do CRE Marechal entenda que se o servidor está em férias, obviamente ele não pode ter desconto dos dias.

Temos tido problemas com funcionários que não conseguem fazer perícia médica, porque o Diretor dificulta a liberação dos documentos. A pergunta é: por mais que o sindicato tenha denunciado, pedindo a apuração dos fatos e reivindicando providências urgentes, o indivíduo permanece. Aqueles que o mantêm Diretor são coniventes com os fatos. A permanência do Diretor demonstra que a Administração Pública vive um momento difícil. O favorecimento dos amigos é mais

importante do que a competência e o saber fazer a gestão das pessoas, em especial na Saúde, em que os servidores já estão submetidos a enorme pressão que a natureza do trabalho lhes impõe.

Nós servidores estaduais da Saúde do Paraná, reunidos em Assembléia Geral Ordinária do SindSaúde, no dia 31 de maio, estamos solidários a todos os trabalhadores do CRE Marechal, que estão à mercê dos desmandos dessa chefia. A conseqüência dessa desastrosa gestão é o adoecimento dos servidores. Queremos um basta a essa deliberada política de maltratar os trabalhadores. É visível e palpável que o gestor do SUS já tem elementos concretos que revelam a incapacidade administrativa e gerencial, em função do despreparo e destempero.

Por parte da gestão da Secretaria Estadual da Saúde, esperamos a imediata exoneração desse Diretor, para proteger aqueles que, em decorrência desse ambiente de trabalho, já adoeceram. Mais, para salvaguardar a saúde física e mental daqueles que mantiveram o equilíbrio, apesar do conjunto de atrocidades cometidas pela direção do CRE Marechal”.

Isto aqui foi uma moção votada no dia 31 de maio de 2008, na Assembléia do SindSaúde. Quero retornar a esse tema, mas hoje eu tinha assumido o compromisso de fazer a leitura desta moção, até porque o servidor que tirou férias e que teve a sua folha 100% descontada está aqui conosco, mas quero retornar, porque me parece que o problema do CRE Marechal é recorrente. Já tivemos diversos problemas com o administrador do CRE Marechal, tivemos problemas com funcionários, estamos vivendo uma situação onde os servidores têm dito que entrarão com uma ação coletiva por assédio moral e não é possível que em um ambiente onde a saúde deveria ter prioridade, aquele que tem a obrigação de respeitar os servidores, aliás, é funcionário da Educação e não tem absolutamente nada com a Saúde - porque ele veio gerenciar o CRE Marechal por indicação feita por outras pessoas ligadas à Educação e não à Saúde - não é possível que uma pessoa como essa continue fazendo como se ainda estivéssemos em um período em que talvez muitos tenham saudades, mas certamente não temos, um período em que as pessoas não podiam falar, não podiam se organizar, não podiam reivindicar dos seus sindicatos direitos dos mais elementares como este que estou falando. Não é possível que um servidor saia em férias, passe os 30 dias das suas férias, que estão inclusive assinadas, porque foi deliberado que ele poderia sair em férias, e quando ele retorna, tem a folha zerada, porque o Diretor do CRE Marechal resolveu lhe dar 30 dias de falta.

Quer dizer, é uma situação absurda e que não deveria nem estar sendo trazida aqui para a Assembléia Legislativa, mas me parece que é um dos últimos redutos que ainda tem o SindSaúde para reclamar. Já falei com o Líder do Governo e vou buscar fazer também com que esse senhor ou tenha um comportamento condizente com

a Administração Pública, ou, obviamente, tenhamos outra pessoa em seu lugar.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna por duas razões: a primeira é me dirigir a V. Exa. para me fazer o obséquio de colocar, o mais breve possível, um projeto de minha autoria que se encontra com a sua assessoria, que já passou por todas as Comissões desta Casa em votação e que se refere às eleições diretas do Colégio Estadual para Diretor. Tal solicitação, Sr. Presidente, se dá em decorrência da pressão que tenho sofrido ultimamente, pessoalmente, por e-mail, por telefone, pela comunidade escolar do maior colégio estadual do estado do Paraná, que tem hoje 5 mil alunos e é o único colégio da rede do estado do Paraná que ainda tem uma Diretora indicada.

A segunda razão, Sr. Presidente, é agradecer aos Srs. Deputados desta Casa pela ocasião em que me foi conferida a votação em que eu solicitei o aumento aos profissionais liberais, ou seja, repito, aos profissionais da Educação e aos policiais militares e civis do estado do Paraná, onde perdemos a votação por apenas cinco votos, Sr. Presidente. E agora encaminhei uma indicação cujas indicações foram aprovadas por unanimidade.

Espero que essa proposição feita pelo Deputado Mauro Moraes, que concede aos policiais militares do Paraná e aos policiais civis, pelo menos, Sr. Presidente, o salário que é dado ao Agente Penitenciário, porque achamos injusta; não que o Agente Penitenciário ganhe muito, é que o policial militar e o Investigador da Polícia Civil têm um salário bem aquém de suas necessidades, para quem coloca em risco a sua própria vida na defesa e proteção do cidadão curitibano e de todo o estado do Paraná. Hoje, o Agente Penitenciário ganha inicial R\$ 2.500 enquanto um policial militar e o Investigador da Polícia Civil recebem apenas R\$ 1.500. Precisamos fazer um comparativo para que o Sr. Governador possa aceitar essa nossa proposição e conceder esse aumento aos policiais militares e civis encaminhando uma mensagem urgente para esta Casa.

A segunda, também agradecer aos Srs. Deputados que aprovaram uma indicação, uma vez que a nossa emenda foi rejeitada, para que o Governador mande para esta Casa urgentemente um projeto para que possamos corrigir as distorções que existem na Secretaria da Educação, onde um professor, esquecido há muito tempo, ganha menos que o auxiliar hoje de nível técnico. Então, que o Governador mande aqueles 19% que nós apresentamos na emenda, além dos 5, totalizando 24% de aumento

aos professores do ensino básico do estado do Paraná. E também os Oficiais da Polícia Militar que estão sem aumento há mais de 10 anos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encaminhamos também essa reivindicação ao Sr. Governador do Estado.

E a última, Sr. Presidente, é a volta dos módulos policiais, uma coisa que funcionava, uma coisa que inibia a ação dos marginais nos bairros de Curitiba e que hoje não existem mais. Então, apresentamos esta proposição aqui nesta Casa e graças a Deus foi aprovado por unanimidade. Agora, espero que o Sr. Governador do Estado possa efetivamente promover a volta dos módulos policiais em nossa capital, porque a população já não suporta mais a violência que toma conta dos bairros na periferia de Curitiba. E todos sabemos que os módulos inibiam a ação dos delinquentes, dos marginais, além da precisão oportuna quando chamado, quando um telefonema era feito ao módulo policial demorava em média 10 a 20 minutos para que a ocorrência fosse atendida. Hoje, quando um cidadão liga para o 190, a demora é de uma a duas horas. Então, fica aqui este registro para que possamos corrigir essas distorções.

Fica aqui a minha solicitação ao Governador do Estado, que acate essas proposições aprovadas, por unanimidade, nesta Casa, para que possamos ter o estado do Paraná mais justo, mais seguro e, acima de tudo, mais humano.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero falar um pouco da Araucária, é a primeira vez que faço isso. Debateremos aqui problemas das cidades do Paraná e, até agora, tenho me policiado para não trazer as questões locais para cá. Agora, estimulada pela Semana do Meio Ambiente, falarei um pouquinho sobre a cidade de Araucária.

Araucária tem um orçamento, para este ano, de R\$ 399 milhões. Uma população de 111 mil habitantes. Recebi hoje um documento com as informações socioeconômicas - Guia do Investidor de Curitiba - trabalho muito bem realizado pela Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, e fala aqui coisas interessantes que acho importante compartilhar com os senhores.

Produto Interno Bruto: PIB *per capita* de Araucária - R\$ 61.264; PIB *per capita* de Curitiba R\$ 16.964.

Dá para entender o que é Araucária só com esse dado.

É uma cidade rica, responsável por uma grande parcela da riqueza deste estado. Temos problemas! E são

muitos! Conversava há pouco com o Deputado Alexandre Curi sobre o saneamento básico.

Araucária não chega a 30% o esgoto tratado. Setenta por cento dos municípios têm os seus dejetos lançados diretamente no rio Iguaçu. O nosso rio, responsável por aquela beleza que é Foz. A poluição em Araucária é assustadora. Sei quando estou chegando na minha cidade pela diferença da cor do céu. Porque, propositadamente, a Cidade Industrial foi colocada do lado de Araucária por causa da rota dos ventos. As indústrias de Curitiba sopram sobre Araucária e não sobre Curitiba. Temos um passivo ambiental imenso.

Também quero aproveitar, sei que o Deputado Cleiton Kielse falará sobre a Audiência Pública, uma assessora nossa esteve presente em sua Audiência Pública, já estou com o relatório de todos os trabalhos realizados, quero até parabenizá-lo pelo trabalho.

Araucária também está construindo uma trincheira para entrar na cidade, e está custando R\$ 7 milhões. E que dariam para construir 500 casas populares. Temos um déficit habitacional. Araucária, com esse PIB, com este orçamento, tem muita gente que não tem acesso à água. Temos, na zona rural, mais de 100 famílias, no dia de hoje, sendo abastecidas, em 2008, com caminhão-pipa. Ainda estamos nessa situação. Então, tem alguma coisa errada. Eu, particularmente, não gosto de trazer isso, mas acho que essas coisas têm que ser entendidas, como se relacionam com a vida das pessoas e como é que se coloca, numa semana, a questão ambiental. Se discute tanto a situação global e temos muitas coisas locais para serem resolvidas. Isso se dá em quase todos os 399 municípios.

De todas as questões ambientais, acho que uma das mais sérias do plano de vista local é a questão do saneamento básico. Eu bebo água da SANEPAR. Não tenho na minha casa água mineral e nem acho justo se nós fazemos com que todos os paranaenses e a grande maioria beba água da torneira. Tenho todos os cuidados com a minha caixa d'água, uso a água da SANEPAR e acho que é uma água de qualidade. Agora, com relação às questões de saneamento, sinceramente, quero retornar, aqui, e quero discutir num próximo momento, a questão do tratamento de esgoto feita pela companhia. Metas, concessões e como isso se dá no Paraná e por aí fora. Meu tempo é pequeno, finalizo aqui, mas quero retomar esse assunto.

Muito obrigada!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente. Primeiro orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna - inclusive queria convidar todos os Deputados a participarem, como convidei, juntamente com aval desta Assembléia e da presidência desta Casa, o nosso querido Deputado Valdir Rossoni, que não está aqui presente, mas está ali na sala da imprensa, que hoje tivemos uma Audiência Pública onde compareceram, a convite, o Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte do Estado do Paraná, Dr. David José de Castro Gouvêa; um dos coordenadores técnicos do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, Dr. Oscar Alberto Gayer; várias associações de taxistas de Curitiba e da região metropolitana; vários representantes de Deputados que já estiveram, como da Deputada Rosane, Deputada Cida e tantos outros companheiros.

Infelizmente, Sr. Presidente, o Presidente da URBS não esteve, confirmou que estaria, não mandou nenhum técnico, nenhum engenheiro, não tivemos resposta, até o momento, do que aconteceu. Confirmaram a presença, disseram que tinham total interesse em estar presentes, confirmaram ontem à tarde ainda, postergamos a reunião até 10h30 e iniciamos os trabalhos. Demonstramos durante a Audiência Pública que a necessidade da mudança do projeto da Linha Verde está se tornando cada vez mais premente, cada vez mais necessária. Usei, desculpe, até as costas do Deputado Edgar Bueno, a cidade de Cascavel como exemplo. A cidade que neste momento está tendo, caro colega, uma das obras de infraestrutura de maior relevância do estado, onde em apenas 16 quilômetros de travessia, em Cascavel, estamos tendo a construção de 10 viadutos pelo Governo do Estado. Repito: em 16 quilômetros estamos tendo a construção de 10 viadutos, em uma média de custo de cada viaduto, de 1 milhão e 200 até 2 milhões e 600, dependendo a extensão desses viadutos. Apenas a redução neste momento dos acidentes chega à casa de 90% nesse trecho dentro de Cascavel.

Vamos ser mais pontuais convocando o nosso companheiro, Deputado Waldyr Pugliesi, que também teve a oportunidade de estar conosco em Paçandu, onde temos um exemplo muito claro e que vou usá-lo, Deputado Malucelli, para fazer um paralelo do que está acontecendo e vai acontecer em nossa Curitiba. Liguei agora para um assessor que está trabalhando no Alto da XV. A fila de congestionamento neste segundo - pena que não temos um aéreo aqui ou via internet, para linkarmos quando existem algumas coisas nesse sentido - da Salgado Filho não está na Salgado Filho, está perto da COTRASA, isto é, a quatro quilômetros quase da Salgado Filho, porque estamos tendo chuva neste dia. Eu não sabia, soube hoje que o entroncamento da Salgado Filho, que tenho batido na construção de um viaduto e para piorar ainda disseram que não vão mexer no projeto, é o quarto maior congestionamento do país. Vim saber pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, hoje, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de

Transporte, que é o quarto maior congestionamento permanente de entroncamento do Brasil.

Estamos tentando uma conversa, convidamos o pessoal da URBS para virem aqui para que possamos fazer uma parceria. Não tenho nem comentários sobre a pessoa do Prefeito. Acredito que o Prefeito não sabia. Não sei o que está acontecendo. O Beto é uma pessoa extremamente sensível e competente Prefeito. Nesse momento, onde temos a solução do problema, onde o próprio Governador, independente de cor partidária, está autorizando a construção dessas obras de infra-estrutura em obras de arte. Tanto o viaduto de acesso da Salgado Filho, que daria o esvaziamento no congestionamento da BR-116, se fizéssemos nesse momento três obras apenas, o viaduto da Salgado Filho, a trincheira da Brigadeiro Franco e as duas trincheiras elevadas que também não custam tão caro assim e a trincheira elevada da vila São Pedro, teríamos um esvaziamento de 60% dos congestionamentos da BR-476, a antiga BR-116.

Mandei para que os engenheiros fossem lá, Sr. Presidente, porque temos que avaliar o custo de Engenharia também, de infra-estrutura, drenagem, bate-estaca, sustentabilidade desses viadutos. Eles foram muito claros de que o custo é mais alto que a média do estado. Hoje o custo de um viaduto, o m2 custa em média de 1.200 a 1.800 dependendo a localidade, independente da sua distância. Fizemos uma média de que com todo o investimento de infra-estrutura, com todas as mudanças necessárias no projeto, com toda a segurança, no paralelo que fiz ao Deputado Waldyr Pugliesi, nosso ex-Secretário de Transportes até aquele dia da inauguração, em 2006, tínhamos 18 atropelamentos em Paçandu, por ano. Sendo que naquele ano tivemos cinco acidentes fatais, com cinco mortes. Em 2007, não tivemos nenhum atropelamento, Deputado Cheida, a partir da inauguração das obras e das trincheiras que lá foram feitas, 18 para zero em um ano apenas. A mesma idéia tenho em fazer na BR-116, um investimento do Governo do Estado também.

Por isso, Sr. Presidente, faço uma consulta a esta presidência e ao Deputado Waldyr Pugliesi, que aceitei o convite que V. Exa. disse que eu deveria fazer ao Presidente da URBS e eu o fiz. Mandei técnicos, meu jornalista entregar em mãos o convite, aceitaram o convite. Que era apenas uma Audiência Pública aonde empresas também participaram e falaram do congestionamento infundável que está tendo na BR-116 e que vai se agravar com a entrada dos ônibus binários no centro da BR. Essa preocupação não é minha. É da região metropolitana inteira.

Estou recebendo centenas de e-mails agradecendo o empenho que estamos fazendo nesse momento, pedindo aos Deputados da Assembléia que nos ajudem para que não apenas a cidade de Curitiba, mas o todo em torno da região metropolitana. Estamos falando de 3 milhões de habitantes que norteiam todas as cidades do estado. Mas, o congestionamento está trazendo um caos. Se fizermos as trincheiras e os viadutos, por dia, vamos

retirar 160 mil litros de combustíveis a menos de consumo, que esse combustível vai para a atmosfera, 160 mil litros por dia. Porque são 80 mil veículos que passam todos os dias na BR-476. E esse volume está dobrando a cada três anos. É impressionante no aspecto ambiental, industrial e de crescimento de Curitiba e região metropolitana.

O Governador frisou com toda clareza: “Não quero que pare a obra.” Eu também não quero, Deputado Wal-dyr. Só nessas interseções, principalmente nos trechos da Fagundes Varela, da Salgado Filho, da Brigadeiro Franco e a entrada da vila São Pedro, que são os pontos principais. Na outra fase vamos fazer o viaduto do Atuba e os demais que sejam necessários. Seria esse paralelo de uma Audiência Pública, que senti que deve ter acontecido alguma coisa com o Presidente da URBS. Poder ter ocorrido uma fatalidade, que não sei até o momento, não recebi nenhum telefonema.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Kielse, aquele dia que o aparteei, dizia a V. Exa. que estaria à disposição, não só eu, mas também os Deputados ligados ao Prefeito Beto Richa, de que estaríamos à disposição para discutir esse assunto. Não nós, mas os técnicos. V. Exa. fez o caminho contrário. Temos um acordo com o Deputado Romanelli de na semana que vem vir os Diretores da ParanaPrevidência. Não tem nem ofício. Acordo de cavalheiros. Se V. Exa. ali, na hora da proposta, tivesse nos dito, teríamos conversado com o Prefeito Beto Richa e ele teria determinado.

Agora, eu não tinha conhecimento dessa Audiência Pública de hoje. Eu, por costume, quando desejo trazer alguém aqui na Casa, eu entro com requerimento diretamente na Mesa ou faço acordo com o Líder do Governo. Porque o Líder do Governo tem muito mais facilidade de entrar em contato com Diretor, com Secretário.

Coloco-me à disposição de V. Exa. Apenas isso quero esclarecer.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Queria resgatar as notas taquigráficas aqui da Casa, mas há uma semana, oito dias atrás fizemos desta tribuna o convite a todos os Deputados. Convite ao Presidente da URBS, aonde V. Exa., o Deputado Luiz Carlos Martins, e tantos outros fizeram citações de certa forma importantes para o contexto. Mas, que a afirmação foi do próprio Presidente da URBS que estaria presente aqui.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Sr. Deputado, nesse mesmo dia que o senhor está se referindo, pedi um aparte ao Deputado Valdir Rossoni

e coloquei o meu depoimento com relação a ser usuária da Linha Verde.

Hoje vim de Araucária para cá, usando a Linha Verde, e quero até colocar claramente esta questão - eu não tenho dúvida que passarelas serão necessárias, não tenho dúvida, Deputado. Mas estive aqui o ano passado e já tem dois anos anteriores que se discutia a questão da Linha Verde. Participei, hoje realmente não pude estar na Audiência Pública, mas lá estava uma assessora nossa e aqui está todo relatório da Audiência, para o senhor entender a importância que acho nesse ato e a relevância do seu trabalho.

Agora, entendo assim que as coisas se deram e não estou conseguindo ficar longe do viés político-partidário nesta história. Acho que deveria ter sido, esta sua intervenção seria muito, muito importante, ela deveria ter se dado há dois anos atrás, Deputado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Como foi feita, Deputada Rosane.

A Sra. Rosane Ferreira (PV) (Aparte)

Lembro da Audiência Pública buscando os 62 milhões de financiamento, ajuda, parceria do estado para a construção da Linha Verde e as coisas não se deram. Tomara que consigamos corrigir algumas coisas.

Agora, continuo frisando, vim do Pinheirinho hoje, a Brigadeiro Franco, que é o trecho que eu uso da Linha Verde, numa rapidez absurda, porque as vias estão largas são vários acessos, temos nesse trecho até a Marechal, três, apenas três sinaleiros.

Então, dou o meu depoimento neste sentido que as obras melhoraram muito, porque eu usava o mesmo trajeto antes da Linha Verde. Claro que poderá, com a sua ajuda ficar melhor, mas só acho que há um atraso nesse posicionamento. Tomara, como eu disse, por este atraso, a população não pague um alto preço.

Desculpe-me ter feito um aparte tão longo.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Data venia, em 2005 V. Exa. ainda não era Deputada. Eu já estava com este projeto em 2005 na mesa do Presidente da URBS discutindo as mudanças dessas obras, onde ele disse: “Excelente, é isto que nós precisávamos, é por isso que nós acreditamos em você, Kielse.”

Quanto a mudança - claro que melhorou, lógico que melhorou. A ampliação, onde eram oito pistas e passaram a 12 pistas, lógico que melhorou. Mas a sequência dos fatos e dos atos, Deputada Rosane, V. Exa. que ainda não tem esta prática urbanística como nós temos, trabalhando em 80 municípios do estado, a frase final do Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, não o Dr. Oscar, mas o Dr. David, o Superintendente Regional do Departamento Nacional, ele disse que daqui a três anos a BR-476 terá 22 quilômetros de congestionamento.

O Sr. Luiz Malucelli (PSDB)

Permite um aparte, Deputado Kielse?
(Assentimento)

Sr. Deputado, gostaria de entender este debate, como que o Banco Mundial liberou todos os recursos para Prefeitura de Curitiba num projeto deste porte, porque entendo que é um projeto estudado e aprovado.

O engarrafamento que existe, e ontem eu passei, fui a Piraquara, fiquei horas, mas o motivo nada mais é do que as obras que acontecem ao longo do trecho da Linha Verde, e naturalmente acarreta um engarrafamento natural. A partir do momento que as obras se encerrarem o tráfego vai fluir normalmente.

E um terceiro ponto a ser citado para a imprensa e demais pessoas que estão acompanhando, os telespectadores, que os ônibus que foram licitados e irão trafegar ao longo da Linha Verde, existe um sensor que conversa com, entre aspas, um sensor do semáforo e esse vai abrindo, passando ao sinal verde a todo momento que o ônibus passa.

O SR. CLEITIO KIELSE (PMDB)

Concluindo Sr. Presidente, queremos realmente conversar com a URBS para que não venhamos a tomar uma medida extra, até a Assembléia, digamos, uma medida judicial, porque temos o recurso, temos a condição de fazer as obras e o congestionamento que existe, secular, na Fagundes Varela, como existe na Salgado Filho, não vai mudar com a Linha Verde, da maneira que ela está.

Por isso vou consultar a presidência, qual vai ser o próximo procedimento, se é a convocação oficial do Presidente da URBS ou uma ação popular para paralisação da Linha Verde. O que eu não quero, de forma nenhum nós queremos a paralisação da Linha Verde. Queremos, no mesmo contexto de Cascavel, termos a via direta sem interrupção de congestionamentos ou sinaleiros na antiga BR-116.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ MALUCELLI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas.

Gostaria de parabenizar o nosso companheiro, Deputado Ney Leprevost, pelo prêmio que recebe hoje, de Guerreiro da Saúde. No momento, Deputado Ney, em que vários Deputados, a nível federal, Deputado Estadual no Rio de Janeiro, ex-Parlamentar desta Casa que hoje se encontra em Piraquara preso, o senhor dá um exemplo do seu trabalho na questão da saúde, sendo homenageado hoje como Guerreiro da Saúde.

Então, em meu nome, da minha família, dos meus amigos e quem sabe tenha a procuração dos demais membros desta Casa, parabenizá-lo pelo excelente trabalho que vem realizando como Presidente da Comissão de Saúde, aqui na Assembléia. Parabenizar o senhor, seu trabalho, sua família, pelo prêmio que vamos vê-lo receber hoje, às 20h, no Hotel Bourbon.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aproveito a oportunidade para ratificar os cumprimentos de V. Exa. e ratificar o convite porque todos as Sras. e Srs. Deputados foram convidados para a cerimônia que irá acontecer hoje, às 20h, no Hotel Bourbon.

Com a palavra no Grande Expediente o Sr. Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)**O SR. VALDIR ROSSONI**

Deputado Kiesel, gostaria de lhe fazer, até por uma questão de esclarecimento, quantas Audiências Públicas V. Exa. participou quando do início do debate da Linha Verde? Só para uma questão de esclarecimento.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Sempre estou com as informações da região metropolitana de Curitiba. Nunca recebi nenhum convite, Deputado Valdir Rossoni, não acredito que nenhum Deputado recebeu, da forma que V. Exa. está indagando e tentando induzir que eu não participei.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. está tirando uma conclusão precipitada porque eu não tirei conclusão. Se eu o questionava era porque queria chegar à conclusão, apenas perguntava como cidadão paranaense e estamos aqui para o debate, V. Exa. pode manter a tranquilidade. Quem sou eu para procurar aqui induzir alguém ou cometer qualquer injustiça com V. Exa.! Mas fiz esta pergunta: quantas vezes V. Exa. participou das Audiências Públicas? As Audiências Públicas foram na Linha Verde, nas proximidades da Linha Verde.

Outro dia fiz um questionamento e, V. Exa. é uma pessoa inteirada com a questão da Linha Verde, V. Exa. aqui hoje novamente reafirmou que o problema não são recursos. Claro que quanto mais recursos melhor podemos construir qualquer projeto, seja ele da Linha Verde, seja de uma escola, de uma creche, de uma rodovia. O que gostaria de ouvir de V. Exa., para ganhar a legitimidade e até o meu apoio para defesa dessa sua causa é a afirmação que V. Exa. coloca aqui: "O Governador está disposto a colocar recursos do Governo do Estado em qualquer melhoria, ainda mais na Linha Verde." Deputado Ney Leprevost, o senhor conhece muito mais a Linha Verde do que eu. Eu estou fazendo aqui por um dever de ofício, por ser Presidente do partido do Prefeito.

Então, o Governador está disposto a colocar recursos na Linha Verde?

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Está.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. poderia comunicar isso, oficialmente, a esta Casa, ao Prefeito Beto Richa, qual o volume de recursos?

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

O volume de recursos que já foi aferido pelo DER deve ser investido nas três obras iniciais. São da ordem de R\$ 16 milhões.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, tenho tido muita dificuldade de compreender. Acho que até as críticas que V. Exa. faz, V. Exa. é uma pessoa esforçada, altamente competente, é natural, Deputado Malucelli. O que tenho muita dificuldade é de acreditar - não na sua palavra, afirmei outro dia - tenho muita dificuldade de acreditar que o Governador esteja afirmando que vai...

Tudo bem, estamos chegando perto da eleição, até pode vir essa bondade rotineira de eleição. Mas, o que tenho muita dificuldade de acreditar - porque a sua palavra tem um valor muito grande - agora eu pergunto: e a do Governador? Tenho dificuldades, não por ser adversário do Governador, mas porque o Governador firmou, Deputado Kielse, convênios com a Prefeitura, com ruas que fazem conexão com a Linha Verde, de R\$ 63 milhões. Firmou esses convênios. Tirou fotografia. Era o maior amigo do Prefeito Beto Richa, de Curitiba. O que aconteceu? Fizemos uma Audiência Pública aqui, com todas as lideranças do estado. Esteve aqui o Senador Osmar Dias, o Deputado Federal Gustavo Fruet, as pessoas que mais tinham legitimidade, naquele momento, de saírem em defesa de Curitiba.

Não vi a presença de V. Exa. naquele dia, mas certamente V. Exa. estava com outro compromisso. Mas, se V. Exa. tivesse com essa mesma autoridade com que fala em nome do Governador Requião, naquela Audiência não tenho dúvida que teríamos solucionado o primeiro problema, que é a assinatura. A assinatura. Antigamente se dizia: "Vale a palavra o bigode". As mulheres a palavra. Mas vivemos um momento no estado em que nem a assinatura vale. Não há validade na assinatura, como é que eu posso acreditar, Deputado Ney Leprevost? V. Exa. que hoje é homenageado, faço também das minhas palavras uma homenagem pelo Parlamentar que V. Exa. é. Mas, como é que vou acreditar que agora o Governador foi tomado por uma bondade súbita e quer participar da obra da Linha Verde?

Se ele deseja participar vamos dar primeiro a demonstração. Vamos parar de blablabla aqui e o Governador chama o Prefeito Beto Richa, amanhã, ele vai ao Palácio das Araucárias. Ele repassa os recursos das obras que ele assinou com Curitiba - ele não assinou com o Beto Richa. Ele assinou com o povo de Curitiba. Aí podemos começar a tratar das outras questões, senão não há legitimidade.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Concede-me um aparte, Deputado Rossoni?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não concedo o aparte, Deputado Kielse. Gostaria

que V. Exa. aguardasse a conclusão do meu pronunciamento.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Na seqüência.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, já lhe falei. Veja a diferença entre nós dois. Quando V. Exa. falava, eu lhe pedi um aparte e esperei com muita calma. V. Exa. me concedeu o aparte. O aparte já está na palavra aparte, ela é rápida. Já lhe concedi o aparte.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Não sobre esse tema, Deputado Valdir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por gentileza, está assegurada a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Como é que começa um relacionamento de confiança, Deputada Rosane, Deputada Beti. O relacionamento de confiança começa pela palavra. Conversamos, tratamos os assuntos de interesse de Colombo e do Paraná, a Prefeita Beti trata do assunto, o Governador assume o compromisso, firma-se este documento depois. E começa-se a cumprir.

Como é que nós vamos acreditar nisso se tudo isso aconteceu com Curitiba? O documento está aí, o documento assinado não tem validade! Como é que vou acreditar?

Vamos começar um relacionamento de confiança, Deputado Cleiton Kielse, e de legitimidade até para mostrar à população que estamos imbuídos de bom propósito. Vamos combinar o seguinte: esta semana ou nos próximos 10 dias, vamos trabalhar em cima dos convênios já firmados. Liberam-se recursos. Primeiro passo. Começa-se a restabelecer a confiança.

Segundo passo: V. Exa. está querendo dar sua contribuição na melhoria, ainda mais, da Linha Verde. Mas, se não estabelecermos este relacionamento de confiança, que hoje foi quebrado pela Exa. o Governador do seu partido, não há como estabelecermos um debate, porque ele não tem legitimidade e não há como ter prosseguimento.

A Sra. Rosane Ferreira (PV) (Aparte)

O Deputado Cleiton Kielse colocou claramente que eu talvez não tenha experiência urbanística. Realmente, é meu 1º mandato. Mas, acho que a minha experiência com pessoas é longa. Vejo assim: 17 milhões investidos em viadutos, na Linha Verde, três obras, daria para construir quantas casas populares, daquelas que estão estampadas no hall da COHAPAR, de R\$ 14 mil. Fiz um cálculo, 7 milhões dariam 500 casas, poderíamos construir 1.500 casas populares, 1.500 famílias. E poderíamos investir o troco em transporte coletivo decente,

um transporte coletivo que seja atrativo e que tire os carros, tantos carros rodando.

Ainda entendo que a prioridade nas políticas públicas são as pessoas. Entendo também que a Linha Verde é para integrar a cidade e para tirar esta divisão do de lá e o de cá. Ainda quero acreditar em prioridades. Hoje temos um déficit habitacional imenso na cidade de Curitiba e este dinheiro poderia ser muito bem-vindo, também neste sentido.

Muito obrigada.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte. Quero encerrar esta questão e não é como resposta, mas como indagação e até para estabelecermos alguns critérios de confiança para tratarmos desta questão, porque hoje não há este relacionamento, esta confiança entre Curitiba e o Governador Roberto Requião. Não existe isso.

Estou à disposição, Deputado Cleiton Kielse, com toda sua boa vontade. Não tenho esta legitimidade por Curitiba, mas temos Parlamentares valorosos, que certamente farão todo este trabalho com V. Exa.

Parece que eu e a Deputada Rosane Ferreira conversamos hoje, e não conversamos. Sabe, o que eu fiquei, hoje, não é indignado, eu parei, passei nos corredores da Assembléia e comecei a olhar os banners fantásticos. Que coisa linda aquilo, da COHAPAR. Aquilo ali parece até que é verdade. Fiquei olhando: espera aí, será que o Secretário Rafael Greca não poderia ter tido, também, uma bela de uma atitude - e até faço como sugestão - será que ele não poderia ter colocado um banner ali, também, colocando como é que está a situação financeira da COHAPAR? Acho que seria uma grande atitude do Secretário Rafael Greca. Porque o que corre nos bastidores da política do Paraná é que a COHAPAR está falida.

Depois que o Deputado Elio Rusch levantou a questão da COHAPAR, aparecem ali nos corredores os banners e parece que a COHAPAR é uma maravilha. E sabemos que o que está acontecendo com a COHAPAR é o caos. O que está apenas faltando para o Governador é coragem. E olhem, eu dizer que o Governador não tem coragem! Ele é um homem muito corajoso, mas pelo o quê está acontecendo na COHAPAR depende do tipo de coragem.

Gostaria que o Governador tivesse a coragem de mandar o seu Secretário da Habitação aqui para ele mostrar a situação financeira da COHAPAR. Está falida! Não tem recursos para dar a contrapartida das obras pelo Governo do Estado, porque ele gastou mais do que tinha no orçamento. Os credores não estão recebendo, as obras estão paralisadas e aí ele tem a coragem de achar que aqueles banners vão nos enganar. É bonita a exposição? Ótima.

Aquele trabalho foi realizado? Foi realizado. Agora, a pergunta: o que está acontecendo com a COHAPAR?

O que sabemos é que a folha de pagamento da COHAPAR virou a casa da sogra, está inchada, a terceirização de serviço, tem gente para tudo quanto é lado. Então, a COHAPAR não está suportando os gastos com folha de pagamento e aí o homem vem aqui e nos mostra o que não queremos ver. Tomo um chimarrão na casa de quem já construiu casas da COHAPAR, então, conheço as casas. É um bom programa e se tiver um bom dirigente, funciona. Agora, do jeito que está é um verdadeiro absurdo: casas paralisadas, fornecedores não recebendo, abandonando as obras. E o que vamos fazer até sabermos que houve uma reunião de emergência no Palácio Iguaçu porque a COHAPAR está falida? Órgão público não tem falência, mas o que acontece com o órgão público?

Ele não é falimentar, mas as obras param e aquele cidadão que está esperando a sua casa, vai ficar esperando, quando sabemos que o que está acontecendo na COHAPAR é falta de gerenciamento. A primeira coisa que fazemos na nossa casa é só gastar o que temos ou até um pouco menos do que temos para assim guardar uma poupança. Na COHAPAR é diferente, porque a festa está tão grande que se gasta mais do que tem. E aí, claro, o Governador não tem como suportar os recursos que são necessários para a COHAPAR, porque lá está um homem que não... é como dizia o Governador Requião quando o denunciou no Senado da República. Gente, o que aconteceu com o Ministério do Turismo está acontecendo na COHAPAR. O homem não sabe o que fazer com o dinheiro.

Só espero, Presidente Nelson Justus, que amanhã não venha em um blog que comprei um boné, que comprei um sapato, que comprei alguma coisa com o dinheiro da Assembléia, porque aquilo foi um total desrespeito com um Parlamentar desta Casa. Só por aquilo ele tinha que ter sido demitido. Por quê? O que o Deputado Elio Rusch fez aqui?

Dentro da sua legitimidade ele veio aqui e alertou as autoridades do estado do problema que o estado estava enfrentando na Secretaria da Habitação. Ele não cometeu nenhum crime, mas foi elegante aqui. E aí, o que aconteceu? Vem a sacanagem. Estou fazendo o discurso hoje, porque espero a sacanagem, porque é na adversidade, é no conforto que fico feliz.

Deputado Romanelli, que V. Exa. abra o seu coração. Conte-nos: a COHAPAR está falida?

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Parece-me que o Romanelli vai abrir o coração. Então, concedo-lhe um aparte. Conte-nos a verdade, Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Bem, Deputado Rossoni, há duas verdades: a sua, que V. Exa., da tribuna é claro, pelo seu convencimento, faz um pronunciamento veemente; e um outro que é real,

ou seja, que é fruto, claro, daquilo que é fato e que está acontecendo.

Ora, em primeiro lugar, quero dizer a V. Exa., o Governador Requião já repassou todos os recursos necessários, são mais de R\$ 8 milhões, para pagar 100% dos fornecedores. Vou lhe dizer o seguinte: o fluxo de caixa é um fluxo de caixa que tem a COHAPAR. A COHAPAR funciona como pedalando na bicicleta. Deu uma parada, claro, tem muito recurso, tem mais de R\$ 150 milhões contratados com a Caixa Econômica Federal de dinheiro que a COHAPAR só precisa executar a obra para receber. Então, dinheiro para entrar na COHAPAR tem, e tem bastante dinheiro. Por outro lado, 100% desse recurso que precisava ser repassado o Governo do Estado já passou e o Rafael Greca já efetuou praticamente, quero crer, 100% desses pagamentos. Tem um fluxo, é claro, que tem que ser pago, enfim, mas está pagando tudo para ficar zerado, sem dever para nenhum fornecedor. Então, esse tema eu entendo que está resolvido em relação à questão dos fornecedores.

Por outro lado, sabemos que os contratos que temos com a Caixa Econômica Federal têm muito recurso para receber. Então, tem caso que tem 90% já concluído, casos com 80% de execução; essas depois, em outro momento, já estão sendo concluídas. Então, esse é um processo, além do que tem as obras para serem contratadas.

Agora, inegavelmente, o Secretário Enio Verri sabe, nós colocamos aqui R\$ 60 milhões para investir em Habitação este ano, no Fundo de Habitação de Interesse Social que nós criamos. O Governo tem recurso orçamentário para poder executar esse orçamento, repassar esses recursos; por outro lado também o Governo Federal.

Então, entendo que na verdade V. Exa. pode ter até alguma idiossincrasia, aí fruto do relacionamento pessoal com o Rafael Greca, mas do ponto de vista da COHAPAR, quero dizer a V. Exa. o seguinte: não existem centenas de terceirizados, não. A COHAPAR tem um sistema que se chama Gestão Comunitária para População de Habitação e Interesse Social, a COHAPAR não usa empreiteira, a COHAPAR constrói tudo através dos seus técnicos. Quero dizer o seguinte: claro que V. Exa. pode ter críticas à ação do Rafael nisso ou naquilo, mas veja, temos as obras importantes do PAC que estão sendo executadas pela COHAPAR, temos obras que estão sendo realizadas agora na parceria com os municípios. Quero tranquilizar V. Exa., a COHAPAR tem um belíssimo programa de obras, o Governo tem recursos programados e as coisas...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. é inteligente porque pega o aparte e transforma num discurso brilhante. Como é que é a palavra que V. Exa. falou? Idiossincrasia. Quero dizer que V. Exa. não tem nada disso. Eu sei que o Deputado Rafael Greca é amável, cativante, ele é tão cativante

que de adversário do Requião tornou-se uma pessoa de confiança do Governador Requião. Agora, V. Exa. confirma aqui que houve um aporte de 8 milhões, e esses 8 milhões provavelmente devem ter sido antecipados, porque na verdade tem que avisar o Deputado Rafael Greca, há um cronograma de desembolso dos recursos. Aí é que está, eu estou falando a verdade, há um cronograma de desembolso, o estado tem a receita e a receita também é um cronograma de recebimentos de recursos. O que no Secretário Rafael Greca sobra em cultura lhe falta na matemática. Há aquela conta simples, 12 avos, divide em 12 meses, eu tenho que desembolsar isso, eu só posso gastar com o pessoal tanto. É isso que está faltando ao Secretário, senão vai acontecer com ele o que aconteceu com ele no Ministério, ele se deslumbrou, achou que era o Papai Noel do Fernando Henrique Cardoso. Sobrou para ele. Estou apenas avisando.

Então, ele não se irrite lá na COHAPAR. Quem tem que se irritar é quem está com a casa atrasada para ser construída, aqueles que estão aguardando a casa. Esses que estão irritados e têm todo direito.

Não tenho nada contra ele. Ele é uma pessoa gentil. Tanto é que ganhou o coração de um adversário seu, que é o Governador Roberto Requião.

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Não ouvi a resposta do Líder do Governo, motivo pelo qual não consigo fazer um aparte como gostaria.

V. Exa. falou que a COHAPAR estaria falida. Se fosse uma empresa da iniciativa privada estaria na fase de concordata. É quando não tem mais condições de pagar os seus credores. A fase seguinte é a falência.

Espero que com o seu alerta e do Deputado Elio Rusch, o Governo não permita que a COHAPAR chegue à fase falimentar. Que não só socorra com esses 8 milhões, mas também corrija o rumo da COHAPAR.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Há uma velha máxima, e Maquiavel ensina bem, quando você não pode responder, porque ataca o seu companheiro, temos que dar uma volta no mundo para podermos chegar no mesmo lugar e dizer que demos a volta, mas não chegamos onde gostaríamos.

Claro que o Deputado Luiz Claudio Romanelli não é Líder de graça. É Líder pela sua competência, porque fazer a defesa da COHAPAR, hoje, está muito difícil. Queria ver fazer a defesa na frente das pessoas que estão há meses sonhando com sua casa própria.

Chega de sonho! Fomos muito claros diante do Secretário do Planejamento. E o Secretário deve ter dito ao Deputado Rafael Greca, deduzo aqui: "Rafael Greca, o senhor tem um orçamento, divida em 12 meses e gaste o que puder. Isso aqui é uma Secretaria que deve ser tratada com muita responsabilidade".

Faço isso tranqüilamente, porque acho um absurdo gastar dinheiro em banners. Só falta ele contratar o Hotel Bourbon para fazer uma exposição daqueles banners.

Desculpe-me, mas a realidade da situação da COHAPAR é esta que estamos trazendo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Gostaria de justificar que o Presidente Nelson Justus se ausentou porque está recebendo o Embaixador da Noruega nesta Casa de Leis.

Pels ordem o Deputado Luiz Malucelli Neto.

O SR. LUIZ MALUCELLI (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Sr. Benedito Francisquini, Diretor-Presidente do jornal Tribuna do Vale, que presta relevantes serviços a todo nosso querido norte pioneiro.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Seja bem-vindo!

No Horário das Lideranças, Partido dos Trabalhadores. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Assumo a Liderança do PT, e muito me honra. Mesmo porque é um partido que ajudei a fundar em minha cidade de Ponta Grossa, mas também no Brasil e no Paraná.

Fazemos nossa homenagem ao Deputado Luizão. Ele fez um excepcional trabalho em favor do povo do Paraná, da região metropolitana e de Pinhais. É um candidato muito forte e estimamos que ele possa governar Pinhais, a partir do ano que vem, que vai imprimir uma nova forma de ser naquele município.

Quero saudar, também, o Deputado Enio Verri que esteve no coração do Governo que apoiamos, Governo Requião, que fez um trabalho excepcional. O Deputado Enio Verri tem uma experiência no estado brasileiro, assessor do Ministro Paulo Bernardo, tem experiência empresarial, acadêmica e muito vai honrar a representação do Partido dos Trabalhadores nesta Casa. Desejo-lhe boa sorte, neste período, na nossa Assembléia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que me traz à tribuna, nesta tarde, é o movimento reivindicatório dos professores, por meio da APP-Sindicato, que se realiza amanhã. Acho que o povo brasileiro e paranaense deve dar uma atenção muito especial ao movimento dos professores e funcionários da rede pública, porque vivemos na história brasileira um momento de extraordinária importância para

os rumos da Educação. O país passou por um período de universalização da escola pública. As pessoas que têm a minha idade, por exemplo, sabem que quando entrávamos no ginásio, como era chamado na época, existia um exame de admissão, ou seja, o estado brasileiro não garantia a todos os seus filhos a educação de 1º grau com direito público e subjetivo. Isso mudou. O Brasil passou por um período histórico de universalização do acesso à Educação.

Infelizmente, como consequência, tivemos uma situação de agravamento das condições de trabalho dos funcionários e dos professores. Na nossa época, um professor era um profissional que tinha um nível de vida elevado, que podia se dedicar com amor à sua carreira, que lhe permitia um vida de dignidade. Infelizmente, na medida que ocorreu essa universalização, o estado brasileiro por seu perfil econômico conservador, que não dá prioridade necessária à Educação, se expande a rede pública, se contratam novos professores, cada vez mais, há uma equalização muito acelerada na sociedade brasileira de qualificação do trabalho do professor e, principalmente a questão salarial é gravemente atingida. Hoje, superamos esse período histórico de ampliação da rede pública. Há vagas praticamente por todos os cidadãos brasileiros até o 2º grau. Temos que superar, ainda, a questão da educação infantil.

De qualquer forma, há uma possibilidade concreta de que a sociedade brasileira compreenda, que só vai haver uma verdadeira revolução educacional no Brasil se, neste momento, pudermos qualificar em profundidade os nossos professores e darmos condições de trabalho. Não teremos uma Educação de qualidade, por mais abnegados que sejam os professores, se eles não tiverem condições de trabalho, uma carga horária reduzida com tempo para se dedicar à preparação da sala de aula, para o estudo, e condições econômicas de ter acesso aos bens culturais de forma privilegiada, porque dessa sua carreira e a qualidade dessa carreira depende do futuro do Brasil. Hoje, a sociedade depende da atuação da ciência, da tecnologia e da Educação para poder se desenvolver e dar grandes saltos tecnológicos.

Por tudo isso é que devemos dar muita atenção ao movimento reivindicatório da APP-Sindicato. É hora de nos somarmos a esse movimento. Falo como Deputado da base que acredita neste Governo, um Governo que valoriza o estado brasileiro, valoriza os funcionários públicos deste estado e tem demonstrado isso, tanto que, no ano passado, já deu um aumento diferenciado para os professores, mas é insuficiente. Os professores da rede pública, por meio de seu Sindicato, que é um dos mais respeitados do país, reivindicam um aumento salarial de mais de 38%, não tenho o índice exato aqui, 38 para 57% para recuperação das perdas salariais. As perdas eram maiores. O Governo Requião já apontou que vai nessa direção, dando um aumento diferenciado no ano passado, mas temos certeza absoluta que finda essa fase do reajuste, para todas as categorias do estado paranaense, que os professores terão o reajuste diferenciado que necessitam.

Através de estudos aprofundados, acompanhei o Deputado Luizão e os demais Secretários. A receita do Governo aumentou mais que o previsto. O Governo, por ato soberano, aumentou o repasse para a Educação, dos 25% constitucionais para 30%. Temos certeza de que o Governo tem condições financeiras e fiscais de dar esse reajuste diferenciado para os professores. Tenho certeza também de que os professores saberão aceitar um aumento menor do que os 38%. Essa é a meta em médio prazo. Mas se o Governo der um aumento, mesmo que seja menor do que os 38%, ele vai continuar seguindo essa meta e isso vai trazer contentamento ao movimento. O movimento, com toda a razão, está se organizando e o Governo tem que agilizar esse processo.

Quero me somar à reivindicação dos professores, estarei junto com eles como Presidente da Comissão de Educação da Assembléia e como membro do Partido dos Trabalhadores, amanhã, participando das negociações, que são muito importantes.

Além disso, queria mais uma vez um apelo, Deputado Marcelo Rangel. A Deputada Cida Borghetti apresentou uma emenda constitucional, para a aposentadoria dos Diretores e pedagogos. Acho que todos nós aqui entendemos que os Diretores e os pedagogos são, acima de tudo, professores concursados. Não tem cabimento que um Diretor de escola, que é alçado a um posto da mais alta representatividade na comunidade escolar, eleito democraticamente, tenha prejuízo com isso ao invés de benefício. Que ele tenha que trabalhar cinco anos a mais para se aposentar do que um professor. O pedagogo é exatamente a mesma coisa.

Quero lembrar que conversamos com o Governador Requião na sua eleição. Uma representação de Diretores da minha cidade de Ponta Grossa veio até mim e aos demais Deputados - o Deputado Jocelito apoiou também. O Governador tem esse compromisso e não tem nenhum motivo para que não possamos agilizar a votação dessa emenda constitucional. Tenho certeza absoluta que esta Assembléia vai votar por unanimidade, a favor da emenda apresentada pela Cida Borghetti, que vários Deputados assinaram e eu também. Faço um apelo ao Deputado Romanelli, como Líder do nosso Governo. Se precisar, vamos conversar com o Governador.

Neste momento importante para a Educação nacional e paranaense, nos unirmos aos professores, convocamos uma grande Sessão aqui na Assembléia com os professores e funcionários, para que possamos, por unanimidade, votar esta emenda constitucional, já que temos certeza que o Governador vai dar um aumento diferenciado. Como também está preparando o Governo Estadual um plano para os funcionários das escolas públicas.

Aqueles que lutam pela Educação sabem da importância do conceito trabalhador da Educação, porque o processo educativo na escola tem que superar essa separação professor/funcionário. Todos são trabalhadores da

Educação. Esse é o conceito que orienta a APP-Sindicato, que orientou a minha luta com os docentes da Universidade de Ponta Grossa, quando ajudei a fundar o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Ensino Superior de Ponta Grossa. Como tenho certeza também que brevemente os professores, os docentes das instituições de ensino superior, serão contemplados com um aumento diferenciado, na média de 22,5%.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel e, na seqüência, ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Péricles, estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento. Parabenizo-o e também me somo a ele. Estarei assinando também esta emenda.

Com relação à valorização dos profissionais da área de Educação, esta Casa demonstrou o quanto estamos preocupados. Essa mobilização e essas reivindicações dos professores que irá acontecer nos próximos dias são totalmente legítimas. Acredito que justamente pelo fato de que nos últimos dias, aqui na Assembléia Legislativa levamos à discussão nesta tribuna a questão da valorização salarial dos nossos professores foi fundamental. E ninguém pode tirar o mérito da Assembléia Legislativa de ter feito essa discussão através de emendas, para que os professores recebessem um aumento contundente, real dos seus salários. Já estou ouvindo, Deputado Péricles, aqui nos corredores da Assembléia, alguns políticos inclusive da base do Governo, afirmando que realmente o Governador Roberto Requião já está revendo isso e nos próximos dias poderá anunciar um reajuste real aos nossos professores.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Minha única divergência é que acho que no momento em que o Governador manda um reajuste para todos, não é o momento do ponto de vista legal, constitucional e até do mérito começar a pipocar emendas para aumentar para todos os funcionários. O nosso papel é reivindicar e estamos recebendo reivindicações do movimento que mais conhece o drama e a situação dos professores. Estamos unidos a eles nas ruas e vamos cobrar do Governador do Estado.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Obrigado Deputado Péricles.

Esta Mesa comunica às nobres Deputadas e eminentes Deputados que na próxima quinta-feira às 17h, no plenarinho do Centro Legislativo Aníbal Khury, acontecerá a Sessão Solene comemorativa aos 25 anos da APACN - Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia. O convite é para todos os Deputados e nesta oportunidade estarão sendo homenageadas as voluntárias da APACN.

Com a palavra, no horário do Partido Progressista, nobre Deputado Antonio Belinati, por 10 minutos.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Presidente, Deputados, Deputadas, comitê de imprensa, visitantes.

Constantemente me telefonam de Londrina, para me passar a informação de que o atual Prefeito da cidade, um dos mais rejeitados do Brasil, 90% de rejeição, o Nedson Miqueleti, S. Exa., ao invés de começar a recuperar neste final de mandato e fazer as obras que até agora não fez, em quase oito anos de mandato, a maior preocupação dele é ficar dando entrevista no jornal, na televisão, de que o Antonio Belinati ele garante que não será candidato a Prefeito de Londrina.

Mas, quem é o Sr. Nedson Miqueleti para ser meu porta-voz? Nunca tive porta-voz em 40 anos de carreira política. Acho que está confundindo alhos com bugalhos. Ao invés de ficar espalhando fofoca, está na hora dele tentar fazer alguma coisa para ver se termina essa desastrosa administração, reduzindo pelo menos um pouco esse índice de 90% de rejeição. Não conheço um Prefeito, uma autoridade, que tenha batido a casa de quase 90% de rejeição por parte do povo. Deveria parar de fazer fofoca, ficar dando entrevista para falar em nome de quem não lhe autorizou. O que eu tiver que falar para o povo de Londrina, enquanto tiver boca, voz, eu vou falar. Não vou usar Prefeito nenhum como porta-voz.

Presidente Nelson Justus, peguei aqui alguns jornais de hoje e infelizmente nem todos os jornais temos em mãos, eu presto a minha homenagem ao pessoal do comitê de imprensa, que é um pessoal dedicado, faz uma cobertura muito boa dos trabalhos da Assembléia, mas esta aqui, quero falar sobre o custo de vida, Diário Popular de hoje: "Alimentos registram alta em 14 capitais". Folha de Londrina de hoje também traz aqui: "Preço dos alimentos acelera a alta da inflação". A Gazeta do Povo de hoje: "Cesta básica em Curitiba aumentou 5,36%, apenas no mês de maio", isso no mês, e aqui o funcionalismo público do Paraná, coitado, vai receber 5% de aumento salarial e a maioria nem sabe quando vai entrar na folha esse minguado reajuste de 5%. Tem aqui o jornal O Estado do Paraná, meu Deus do céu, dá até medo de ler, não o jornal, dá medo de ler o conteúdo, porque o jornal é um grande jornal: "Arroz e feijão, os vilões da cesta". Aí vem aqui, 13,13%, o número do PT, Deputado Péricles, 13,13% foi o aumento do arroz, cujo quilo custou em média 1, 81%.

Depois tem aqui: 9,10% foi a alta do feijão. Socorro, meu Deus, porque pedir socorro para autoridade, Presidente Nelson Justus, é perder tempo. Socorro! Nove vírgula dez por cento foi a alta do feijão, cujo quilo custou em média, pasmem os senhores, um quilinho de feijão, R\$ 4,21.

O que mais temos aqui, jornal O Paraná: "Disparada dos preços eleva cesta básica em até 14,19%". Como que

vai viver, como que vai sobreviver a classe assalariada deste Brasil, servidores públicos, aposentados, quem só tem aumento de salário uma vez por ano, está aqui, disparada dos preços eleva cesta básica em até 14,19%!

E por último, o jornal Gazeta do Paraná: "Mínimo deveria subir 380%". Alô autoridades do Paraná, do Brasil, não venham mais com esta miséria de 5%. Está aqui, não sou eu não, está aqui: salário-mínimo deveria subir 380% para fazer frente ao preço da cesta básica. O salário-mínimo deveria ser de R\$ 1.987,51. O trabalhador até dispensa os 51 centavos e deixa arredondar, ainda que para baixo.

Então, vejam bem quantos meses o trabalhador assalariado ou aposentado tem que juntar o salário, mês a mês, para dar aquilo que o DIEESE aponta que deveria ser o salário-mínimo de um mês, o menor, o menor salário no Brasil deveria ser de R\$ 1.987, 51.

Então, Sr. Presidente, estou com muita pena do povo que ganha pouco, e a grande maioria ganha mal. A grande maioria tem, quando tem, aumento de salário apenas uma vez por ano. Agora, no supermercado, o arroz, o feijão, os alimentos, estão subindo toda a semana. E não é o agricultor que planta que está ganhando dinheiro, não. Não é lá na roça que está o lucro, Deputado Duílio Genari. O lucro está nos grandes intermediários deste país! Eu não sei, mas o Governo, através dos seus órgãos fiscalizadores, deveria ter um controle maior, controlar melhor estes atravessadores que não plantam um pé de feijão, mas são os grandes magnatas que exploram nosso povo, jogando o preço do alimento lá em cima, esculhambando com a inflação no nosso Brasil. Porque para estes grandes grupos econômicos interessa o país estar na desgraça. Quanto maior a desgraça, mais dinheiro eles vão ganhar! Interessa a inflação. Esses grupos poderosos não estão interessados que a economia seja estabilizada, que a inflação esteja sob controle, eles querem um país esculhambado, com uma inflação bem alta, que é para eles ganharem bilhões à custa de barriga vazia, da má alimentação do nosso povo brasileiro! Quando falamos aqui da cesta básica subindo tanto, estamos falando exatamente daquilo que atinge diretamente a grande massa dos muitos e muitos milhões de trabalhadores do nosso país!

Para encerrar, Sr. Presidente, houve um tempo em que se dizia o seguinte: "A Amazônia brasileira é muito cobiçada pelos estrangeiros." Esse é um discurso do passado. Hoje, mês de junho, temos que modernizar e atualizar o discurso: a Amazônia brasileira, infelizmente, não está sendo mais cobiçada pelo estrangeiro, não. Já apareceu um magnata, como foi denunciado no Fantástico e está hoje em toda imprensa, um grande e poderoso magnata internacional comprou um pedacinho de terra na Amazônia, a nossa Amazônia. Esse pedacinho de terra que ele comprou é maior do que todo território do estado do Rio de Janeiro! É um estrangeiro, está aproveitando aí a facilidade que o Governo oferece, que o Brasil oferece para tomar conta da nossa Amazônia!

Para terminar, gostaria, Sr. Presidente, de cobrar aqui, o Paraná está dentre os estados que mais estão desmatando a nossa mata atlântica. É uma vergonha para nós, Sr. Presidente, saber que a nossa mata atlântica, aqui no Paraná tem gente desmatando e destruindo e eu não vi nenhum destruidor da mata atlântica ser punido até hoje pelas nossas autoridades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN, com a palavra Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, vou utilizar o horário do nosso partido apenas para fazer um comunicado à Mesa e solicitar que a Mesa Executiva encaminhe um ofício pedindo ao Poder Executivo que troque a bandeira principal, do Brasil, aqui em frente ao Palácio, porque ela está rasgada. Apenas um comunicado, porque acho importante fazer esta troca imediata.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PTB/PR, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Subo à tribuna hoje para tratar de um tema que eu quase não vi repercussão nesta Casa, está no jornal Gazeta do Povo de segunda-feira, dia 2 de junho, na página 15: “Caso BANESTADO, ações contra remessas ilegais ao exterior pela CC-5 são arquivadas”.

Srs. Deputados, quanto se trata de alguns assuntos aqui meramente eleitoreiros. Estamos vendo a história do dinheiro do BANESTADO, mais uma vez indo para o lixo.

O jornal Gazeta do Povo deu uma página inteira em que mostra o Procurador Celso Três, que diz que estão perdendo a eficácia e anulando ações. Está prescrevendo ações de dinheiro, que termina aqui dizendo: “As denúncias revelaram que o dinheiro era proveniente de caixa-2 de empresas e partidos políticos. Também havia suspeita de recursos virem de fontes ilegais, como tráfico de drogas, armas e pedras preciosas”.

Srs. Deputados, vamos ficar quietos mais uma vez? Vamos nos calar, quando o Paraná volta a perder dinheiro? Agora, o Paraná pagou quase R\$ 70 milhões da roubalheira que foi feita no Banco do Estado do Paraná. Quando se fala em R\$ 70 milhões, não estamos falando de R\$ 70 milhões anual. Estamos falando de R\$ 70

milhões mensais. Deputado Edgar Bueno, V. Exa. que já foi Prefeito sabe o que significa R\$ 70 milhões. Daria para construir cinco hospitais regionais, como está sendo terminado agora em Ponta Grossa, por mês.

Olho aqui e vejo esse Promotor batalhador, lutador, que enfrentou a tudo e a todos, que correu risco de vida. Agora ele diz aqui que acusados de evasão de divisas em 1996 e 1998, que ainda não foram julgados, estão impunes, porque o crime prescreveu. Não tem mais crime. Acabou o crime.

Estamos discutindo, agora há pouco vi aqui o Deputado Elio Rusch reclamar da Saúde. Deputado Elio Rusch, V. Exa. reclamou da Saúde, disse que o Governo Lula nada faz pela Saúde. Já vi V. Exa. falando dos agricultores. Acho que seria muito grande da sua parte V. Exa. cumprimentar o Presidente, pelo que fez pelos agricultores agora, quando deu esse grande momento aos agricultores.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Já agradei ao Ministro, não ao Presidente, mas ao Ministro Reinhold Stephanes, pela competência que ele tem de convencer os Ministros da área econômica da presidência da república.

V. Exa. não esteve presente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estava presente, mas V. Exa. tem que cumprimentar o Presidente Lula. Quem é que manda neste país? Não é o Ministro. O Ministro, claro que é competente, é o nosso orgulho do Paraná, mas V. Exa. tem que cumprimentar o Presidente. V. Exa. veio aqui e criticou o Presidente, um ano que o Presidente não cuidava da agricultura. Tem que ser justo, Deputado Rusch, cumprimente o Presidente Lula.

O senhor devia ser um daqueles que usavam aquele adesivo: “Lula, praga da agricultura”.

Cumprimente o Lula, hoje. Seja humilde, Deputado. Se o senhor quiser, eu trago a sandália da humildade para V. Exa. usar aqui neste plenário.

Claro que lhe permito o aparte.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Agradeço o aparte a V. Exa. Acho que deve ter passado despercebida minha manifestação, na semana passada, aqui da tribuna, quando enalteci o trabalho do Ministro Reinhold Stephanes, inclusive, disse que o tinha defendido por inúmeras vezes aqui na Casa, pelo fato de ser um paranaense, altamente qualificado. Conseguiu convencer a área econômica do Governo Federal para liberar, exatamente, refinar a dívida dos agricultores do nosso Brasil inteiro. Bem como agradei ao Ministro e a todo o Governo, no conjunto todo, pela liberação da área livre, da carne, no nosso país.

E V. Exa. também não pode deixar de perceber, jamais, acho que V. Exa. não tem este direito, de dizer que este Deputado não tem humildade. Tenho a grandeza de reconhecer, quando o Governo acerta e quando não acerta.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Cumprimente o Presidente Lula! Diga: parabéns, Lula, nosso Presidente!

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Eu já enalteci o Governo Federal, o Presidente Lula, da forma como ele está conduzindo a área econômica em relação àquilo que ele afirmava. V. Exa. não quer ouvir a verdade, só isso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, agradeço seu aparte. V. Exa. acabou de agradecer ao Presidente Lula. V. Exa. está de parabéns. Não vou trazer mais a sandália da humildade. Eu ia pedir lá pro pessoal do Pânico, mas não precisa mais. V. Exa. cumprimentou o Presidente Lula. Eu via muita gente com aquele slogan: “Lula, a praga da agricultura”. Eu queria que usassem, agora: “Lula, o salvador da agricultura”. O que ele fez para a agricultura, nota 10!

Mas, estava falando de roubo do BANESTADO, dos ladrões do BANESTADO, ninguém quer falar deste assunto aqui na Casa. Cadê os ladrões do BANESTADO? Onde é que estão? Estão por aí? Teve um Padre que sumiu, aquele de Paranaguá. O Padre desapareceu, como os ladrões do BANESTADO desapareceram. O Padre sumiu e não deixou nada, só os fiéis apavorados. Os ladrões do BANESTADO deixaram a conta para o povo do Paraná pagar: 70 milhões.

Esse Promotor, Dr. Celso, está desanimado, coitadinho. Fez um belo trabalho e estão prescrevendo todas as ações dele. As ações do Promotor estão prescritas. Prescreveu o crime! Não tem mais crime. Fico me lembrando que estou lá em Brasília, brigando com o STJ, porque o Ministério Público do Estado do Paraná, que era muito atento ao Governo anterior, do Jaime Lerner, fez uma ação contra mim porque levei R\$ 100 mil para a Santa Casa, para salvar vidas, e estou sendo condenado lá em Brasília por isso.

Agora, o outro Promotor Federal, coitadinho, descobriu os ladrões do BANESTADO, o crime está prescrevendo e os ladrões vão ficar como o Padre fantasma: desaparecidos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao PMDB, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Liderança do PMDB: Deputado Cleiton Kielse

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna agradecendo a gentileza do Deputado Valdir Rossoni, nos apartes que me concedeu, não com tanta elegância, mas parcialmente, já aproveitando dois assuntos pertinentes ao Governo do Estado.

Um já foi ressaltado e comentado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, da COHAPAR, aonde nas duas últimas semanas tivemos a oportunidade de inaugurar em Campo Mourão, região noroeste do estado, 170 casas populares no Programa Caução, onde em uma matemática muito clara temos que demonstrar como é feita a casa caução. A casa caução é uma matemática de investimento social, onde o Governador Requião tem direcionado uma média de 3 a R\$ 5 milhões todos os meses, onde o Governo do Estado investe R\$ 6 mil, o Governo Federal libera mais de R\$ 6 mil, a Prefeitura cede o terreno em um somatório de R\$ 7 mil à R\$ 20 mil, dependendo da cidade, é a avaliação que fazemos do lote. Soma-se R\$ 20 mil em média e o mutuário, quando assume, começa a pagar depois de três meses o valor de R\$ 43 em uma média, durante 72 meses, seis anos, totalizando a soma de todas as parcelas de R\$ 3 mil e 800.

Então, existe uma doação, de fato e de direito, ao mutuário, à família do mutuário, em uma média de R\$ 16 mil adiantados, onde ele paga R\$ 3 mil e 800 durante 72 meses. Isso é, se não houver um investimento para cada casa popular, diretamente por parte do Governo do Estado, por mês, em uma soma por residência na faixa de R\$ 5 mil 957, para cada casa que o Governo vai executar, porque ele recebe R\$ 43 em 72 meses, sem juros. Por isso, a própria COHAPAR tem a sistemática social. Não é uma empresa que visa ter lucros. Nunca teria sido instalada no estado uma empresa para ter lucros, mas o lucro é diretamente social, qualidade de vida.

Quando o Deputado Romanelli, no seu 1º mandato, era o Secretário da Habitação, pessoalmente, no Governo Requião, tive a oportunidade de inaugurar 5 mil e 800 casas e neste mandato, parte com o Deputado Romanelli e parte com o atual Secretário Rafael Greca, já inaugurei 1.900 casas. O trabalho de investimento do Governo, a recíproca social que temos da qualidade de vida, porque muda radicalmente a vida de uma pessoa que sai de uma favela, como no caso de Campo Mourão, uma mulher de 72 anos de idade que estava à beira do rio, embaixo de uma lona com três netos, onde presenciei e estive nessa lona tomando um café com ela. Embaixo de uma lona, no chão batido e impressionantemente limpo, mas a água era de balde, as três crianças menores de 5 anos dormiam na mesma cama, onde no mesmo momento em que estive lá fiz algumas doações de ordem pessoal, que não vêm ao caso, mas que fui lá para buscá-la no dia. Eu não a conhecia, mas na hora em que ela saiu do barraco e estava indo receber a casa do Programa Caução, não me contive. Palavra que não me contive, Romanelli! Ela saiu chorando com uma neta de um ano seu colo, com a outra neta de dois anos e meio e com a terceira neta, que tinha quase cinco anos de idade, porque a filha dela estava trabalhando de doméstica. É um ato tão forte, é uma troca de ações que o Governo tem feito, que todo investimento que ele está fazendo, e que não é pouco, é uma matemática muito delicada, que talvez até possa haver número a mais de funcionários

em alguns setores, mas de forma nenhuma temos que afirmar que a COHAPAR não merece todo o respeito, toda a ênfase pelo trabalho social e pelo trabalho que ainda está sendo feito.

Estávamos ainda há pouco com o Prefeito de Mauá da Serra, onde estamos com dois conjuntos habitacionais em construção lá, tirar um de 80 casas e outro de 40 casas, conjuntos fantásticos, numa mudança de qualidade de vida extraordinária, aonde os mutuários, que eu os encontrei agora na Festa do Milho, estão apreensivos para receberem as suas casas, que pela palavra do Secretário e do Governador não vão para nenhuma dessas casas. Os recursos estão sendo investidos.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Deputado Kielse, quero apenas me somar ao seu depoimento, porque aprovamos um orçamento que deu à COHAPAR, arredondando, R\$ 7 milhões, é muito pouco, isso dá para fazer três casas e pouco por município no estado do Paraná. Na realidade criamos também o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, que é de 60 milhões e não tem nenhum recurso ainda nesse Fundo, nós poderíamos, a Assembléia quer ajudar, fazer com que esse Fundo, tivesse esse aporte de 60 milhões, porque uma das áreas que mais precisa é a Habitação. E o ex-Deputado Rafael Greca, ex-Prefeito de Curitiba, é um grande gestor e competente para gerir a COHAPAR.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Agradeço a sua colocação. Mas eu queria, neste momento em que vamos ter uma reunião com a Prefeitura de Curitiba, Deputado Romanelli, frisar um assunto que é pertinente neste momento, juntamente com a questão da Linha Verde. Todos os ex-Prefeitos que aqui estão, me corrijam os ex-Prefeitos, Deputado Jocelito, Deputado Cheida, normalmente quando você vai construir uma escola estadual, o município doa o terreno, não doa?

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Geralmente.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Geralmente não, normalmente em todos os meus municípios eu recebo a doação dos terrenos.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me concede um a parte?

(Assentimento)

Só queria dizer a V. Exa. que segurar o Paraná Urbano, essa folia, eu fui vítima desse processo, o Governador da época, Governador Jaime Lerner, fez coisas boas, mas o Paraná Urbano ele segurou e não entregou para mim. E aí eu fiquei sem receber o Paraná Urbano, sem fazer as obras. Então, sou contra esse negócio de ficar segurando o Paraná Urbano, pois pertence às cidades não aos Prefeitos.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Como, de fato, o Prefeito conseguiu ir buscar no Banco Mundial e conquistou o financiamento, talvez não via Paraná Urbano, mas pegou via Banco Mundial, Banco japonês, Banco holandês e outros Bancos. Mas estou aqui, até como vinculação dos Deputados que têm vínculo direto com a Prefeitura, temos 10, no total de R\$ 30 milhões, para construirmos aqui em Curitiba 10 escolas, Deputado Romanelli, que desde 2006 foram solicitados os terrenos à Prefeitura e até o momento não tivemos a doação. São 10 escolas, totalizando cada uma R\$ 3 milhões, e no final a soma é de R\$ 30 milhões.

Por isso podemos ampliar a discussão, a recíproca talvez do Paraná Urbano não tenha sido direta, mas o Governo trabalha com parcerias, com eu trabalho, como o Deputado Romanelli trabalha e como tantos outros Deputados trabalham, tendo a recíproca também, como foi citada a dificuldade do repasse, ninguém aqui é hipócrita, o que aconteceu...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Na verdade temos que, de uma vez por todas, buscar desmistificar este tema, Deputado Jocelito, porque o Governador Requião até assumiu uma postura, diria até, em determinados momentos, até radical neste tema, no relacionamento, porque V. Exas. sabem, embora o candidato do Governador seja outro e tivesse sido outro, ele apoiou desde o primeiro minuto, com entusiasmo, uma administração do Prefeito Beto Richa, muita coisa boa foi feita junto. Chegou a campanha eleitoral. Quem, durante o 2º turno, dizia que aquilo tudo que havia sido dado pelo Governador Roberto Requião não existia, foi, nós sabemos, o Prefeito Beto Richa.

É uma tema que precisa ser aprofundado para irmos à raiz do problema.

Muito obrigado!

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Não só contradizendo as palavras do Deputado Antonio Belinati, mas nunca se preservou tanto a mata atlântica do nosso estado como estamos vendo agora.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Enio Verri.

Liderança do Governo: Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, nas primeiras intervenções, somos agraciados por um assunto muito importante. E o mais importante foi sobre a Bíblia e a sua importância. Esse tema elevou o meu espírito, a ponto de pensar sobre o que foi dito a respeito do Governo Lula, sobre impostos e sobre a reforma tributária.

Gostaria de dar um informe sobre um outro debate que foi muito acalorado pela Oposição e pelo Governo, no que tange a Curitiba e a região metropolitana, a pedido do Presidente Lula, em cima de um projeto chamado PAC Modalidade, que vai privilegiar as cidades que, em 2014, terão os jogos.

Fizemos um projeto, enquanto Governo Estadual, na figura do Secretário Forte Neto, para Curitiba e região metropolitana, com o nome de Anéis Rodoviários, num total de R\$ 400 milhões. Desse total, 20% do Tesouro Estadual e 80% de recursos do Governo Lula.

Este projeto, tive a honra de apresentar para a Bancada paranaense em Brasília, e foi aceito de maneira consensual por todos os Deputados presentes para apoiar, na forma de emenda na LDO.

Outro ponto colocado aqui pelo Deputado Elio Rusch e pelo Deputado Reni Pereira é sobre a questão tributária.

Mais importante do que onde estamos é de onde viemos e para onde vamos.

Quero lembrar que, quando era o Presidente Fernando Henrique, a carga tributária era de 17,5% do PIB. E, quando ele saiu era 33,8%. E eu não ouvia grandes discursos contra esse radical aumento da política tributária naquele Governo.

O Governo Lula conseguiu algo revolucionário: equilibrou as contas deste país. Construiu uma política social nunca vista e que é copiada por países desenvolvidos e sugerido pelo FMI, quem diria.

Sabe o que aconteceu? Este Governo entrou para a história por não ter aumentado em nada os impostos. Reduziu os impostos. Tirando os impostos de produtos de consumo das famílias, tirando os impostos de produtos de bens de construção, tirando impostos de produtos que a massa da população precisa. Ele aumentou a arrecadação, graças à eficiência do processo arrecadador, graças à eficiência das políticas envolvidas pela máquina pública. Máquina pública com grandes problemas e herdados por mais de 500 anos de vício, mas que tem conseguido fazer a diferença. E fazer do nosso país esse caminho que está seguindo.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Muito obrigado pela gentileza do aparte, Deputado Enio Verri. Primeiramente, quero cumprimentá-lo. Seja bem-vindo a esta Casa! V. Exa. que estava como Secretário do Planejamento e é Deputado aqui.

Quero dizer que concordamos, realmente, com uma mudança muito forte com relação ao PT, até porque vejo o FMI, como V. Exa. acabou de comentar, hoje, indicando a política social do Governo Lula como exemplo a nível mundial. É realmente uma política muito boa e que dá bons resultados.

Quando o PT assumiu o Governo, dizia que ia romper com o FMI, que ia romper os acordos internacionais e

isso não aconteceu. Uma mudança muito grande. Até depois eu vi, logo que o PT assumiu, o Lula jogando bola com os Diretores do FMI no Brasil, na Granja do Torto, e almoçando com eles.

Então, quero parabenizá-lo e dizer que está correto.

O SR. ENIO VERRI (PT)

Quero dizer, nobre Deputado, que há um equívoco. Primeiro deixando claro, o Presidente Lula, durante a eleição, escreveu um documento chamado Carta ao Povo Brasileiro, em que esclarecia, de maneira muito clara, que ia honrar os contratos que, porventura, os outros Governos tinham assumido. Segundo, quem quebrou foi o FMI. O FMI faliu e, hoje, o Presidente Lula diz, quando está fora do país, que esses meninos deveriam pegar o exemplo do Brasil para ver se eles não quebram, porque o Brasil não seguiu o exemplo do FMI, pelo contrário.

Outro aspecto que quero colocar, só para amarrar e encerrar, agradeço a sua observação, é o que está acontecendo hoje. Ora, se aumentamos a arrecadação, se a máquina é mais eficiente, se o país se desenvolve, se existe uma distribuição de renda muito mais justa, é porque estamos acertando. Agora, temos falhas, temos problemas. Seria um absurdo estar aqui falando e dizer que é perfeito. Seria uma mentira. Agora, não esqueçam que quem criou a CPMF foi o Governo passado. Quem não utilizou os recursos da CPMF para a Saúde, como devia, foi o Governo passado. Quem não investiu neste país como devia, triplicou a dívida externa e criou uma crise, não só nos trabalhadores, mas nos empresários, foi o Governo passado.

Este Governo mudou radicalmente o destino deste país. Daí retomar, fazer uma proposta de uma contribuição social para a Saúde, que é um valor que se utiliza primeiro de uma política de cobrança, uma das mais justas possíveis, daí fazer com que esse valor pequeno, que só quem ganha mais de R\$ 3 mil por mês pague, é uma política de distribuição de renda. Não que isso seja ideal, porque aumentar impostos nunca é bom, mas isso faz com que o país continue na sua política de fazer uma justiça cada vez melhor e melhorar a vida do povo brasileiro. É importante ressaltar: esse valor não atinge, como foi colocado anteriormente, a massa do povo brasileiro. Atinge um percentual muito pequeno de quem paga e de quem ganha.

O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Enio, quero cumprimentar V. Exa. É um privilégio muito grande para todos nós tê-lo na Casa, agora, como Deputado Estadual. Seja bem-vindo! Que esta sua estréia na tribuna seja a primeira de muitas outras intervenções que V. Exa., com galhardia e competência, irá fazer. Permita-me entretanto, abrir um parêntese no seu pronunciamento e dizer que gostaria, efetivamente, de apartear-lo com relação à reforma tributária. Minha

expectativa era que V. Exa. fosse abordar esse tema, que é da maior relevância. Parece-me que, hoje, foi abordado aqui pelo Deputado Reni. Semana passada, abordei o tema reforma tributária e pretendo, inclusive, voltar a discutir esse tema na Sessão de amanhã.

Com relação, e só o ponto de discórdia que tenho com V. Exa., mas é só a título de enriquecer o debate, talvez não tenha existido mesmo aumento de impostos na acepção jurídica, mas com certeza V. Exa., quando se refere a imposto, não se referiu àquilo que subiu estratosféricamente no Brasil, que são as contribuições sociais. Estas têm aumentado efetivamente a carga tributária em nosso país, em prejuízo de todos os trabalhadores, de todos os empresários. Isso é inquestionável. Talvez o imposto, na acepção, o imposto direto, que tenha subido, mas as contribuições sociais o Governo incrementa a seu bel-prazer. Não é possível negar isso. Tenho certeza que V. Exa. não está negando e nem tampouco se referindo às contribuições sociais em seu belo pronunciamento, e quero cumprimentá-lo desde já.

O SR. ENIO VERRI (PT)

Obrigado, Deputado.

Dizer que debater com V. Exa. é uma honra, por sua experiência e conhecimento, aos quais me submeto.

Dizer que o grande problema das contribuições começa em 1988, V. Exa. sabe muito bem disso, quando cresceram as contribuições e acabaram com os impostos e com isso não ocorria distribuição para os municípios. Isso estourou. Sem dúvida nenhuma é um problema que temos hoje do pacto federativo. Concorro com isso.

Agora, durante o Governo Lula - vamos ter tempo para discutir, com certeza vou ficar muito tempo na Casa, pelo menos até dezembro - espero contribuir mais com esse debate. Quero dizer com isso que quando se fala da CCS é importante pensar o que tivemos e o que temos. Isso é fundamental e é um avanço muito grande.

Para amarrar, sobre a reforma tributária, dizer que não é objetivo da reforma agrária, o Deputado Reni não disse isso e ele sabe muito bem disso. Não é reduzir a carga tributária. Em momento algum está se dizendo isso. Não é compromisso do Governo Lula. É de tornar a máquina mãe muito mais ágil e muito mais eficiente. Esperamos que por conta da eficiência da máquina possamos, no futuro, sim, fazer o que tanto esperamos e que todo o povo brasileiro espera, que é reduzir, de maneira mais drástica, a nossa carga.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 133/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, reformas em geral no Colégio Estadual Júlio Szymanski, no município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 134/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado que o torcedor identificado praticando violência, tenha a obrigação de se apresentar na Delegacia que registrou a ocorrência 2 (duas) horas antes do início e permanecer no local até 2 (duas) horas após o término do jogo, partida do seu time. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1381, de autoria dos Deputados Péricles de Mello, Enio Verri, Elton Welter e Tadeu Veneri, constantes do expediente, comunicando a nova composição da Liderança do PT: na Liderança o Deputado Péricles de Mello e na Vice-Liderança o Deputado Pedro Ivo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 124/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Criança Futuro - ABEC, com sede e foro na comarca de Bandeirantes. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 621/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina de Vereador Pedro da Cruz Sobrinho, a ponte sobre o rio Iguaçu localizado na entrada do município de São Mateus do Sul, na PR-476, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/07, de 27/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 082/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública o Clube de Mães e Amigas do Bairro Santa Felicidade, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 082/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Mães e Amigos do Bairro de Santa Felicidade, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/06/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 160/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Batel, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/08, de 22/04/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 171/08, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - Moisés Barbosa da Silva, com sede e foro no município de Moreira Sales, comarca de Goioerê. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 171/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - CEMIC, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/06/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública o Instituto Tecnológico e Ambiental do Paraná - ITAPAR, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a Associação de Desportos de Deficientes Mentais - região Paraná - ARDEM, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Vida e Solidariedade do Parque Industrial, com sede e foro no município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que regulamenta o Sistema de Inclusão e Exclusão dos nomes dos consumidores nos Cadastros de Proteção ao Crédito. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCDC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/08, de 19/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 100/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno, regulamenta o Sistema de Inclusão e Exclusão dos nomes dos Consumidores nos Cadastros de Proteção ao Crédito.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a infalibilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXII - O estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;"

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

V - a defesa do consumidor;

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, através da emenda corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 07/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 100/08

Art. 3º As empresas deverão manter canal direto de comunicação, indicados expressamente no aviso de inscrição, que possibilite a defesa e a apresentação de contraprova por parte do consumidor, evitando a inscrição indevida.

Parágrafo Único. Havendo comprovação por parte do consumidor sobre a existência de erro ou inexatidão sobre o fato informado, fica a empresa obrigada a retirar, independentemente de manifestação dos credores ou informantes, os dados cadastrais indevidos, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoioamento:

Reni Pereira.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 100/08

P A R E C E R :

Muito louvável a iniciativa do ilustre Deputado Edgar Bueno que regulamenta a inclusão ou exclusão de cidadãos nos cadastros de Proteção ao Crédito.

Há muito que se questiona a moral de determinados empresários que incluem, deliberadamente, clientes nesse cadastro, sujando o nome, cortando o crédito de quem comprou no crediário ou fez algum financiamento

e ficou inadimplente. Lógico, não podemos generalizar. Mas abusos ocorrem com frequência em todo o país. Tem o empresário que é mal pagador, não honra compromissos com seus fornecedores, mas agem, sem nenhuma cordialidade com seus clientes, indicando seus nomes para que sejam incluídos nesse maldito cadastro que só provoca infelicidade. Existem sim os maus pagadores. Como também muitos não quitaram suas dívidas por motivos vários como: perda do emprego, doença em família e juros absurdos que impõem enormes sacrifícios para os devedores. O nobre Deputado Edgar Bueno mostra mais uma vez, com a apresentação do projeto em pauta, seu respeito e solidariedade aos muitos milhares de paranaenses que foram vítimas desse sistema que deve e precisa ser disciplinado.

Parabéns por tão meritória iniciativa e meu parecer é pela sua aprovação, renovando a homenagem ao Deputado Edgar Bueno, que honra e dignifica seu mandato parlamentar.

Sala das Comissões, em 19/05/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação e Integração Social de Tratamento Organizado - CRISTO, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 027/08, de 02/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 130/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de utilidade pública o Centro de Recuperação e Integração Social de Tratamento Organizado - CRISTO, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, a denominação do centro que se pretende declarar de utilidade pública também é composta pelo nome fantasia "Chácara Peniel em Cristo".

Ainda, o artigo 2º a dispor "revogadas as disposições em contrário", fere a Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina:

Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Desta forma, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, a fim de sanar as irregularidades apresentadas.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 130/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação e Integração Social de Tratamento Organizado - CRISTO - Chácara Peniel em Cristo, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/08, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Miltinho Pupio, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/08, de 12/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 197/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Miltinho Pupio, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada

pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Associação Beltronense da Bocha-ABELBO, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/08, de 13/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 199/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beltronense da Bocha - ABELBO, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1360 a 1374, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1377 e 1378, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1380, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1382 a 1389, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1390 a 1394, de autoria do Deputado Teruo Kato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1395, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1389-A, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Edgar Bueno, Marcelo Rangel e Antonio Belinati, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, queria solicitar à nossa Bancada que rejeitasse o presente requerimento, porque mais do que um pedido de informação, ele na verdade quer fazer a Comissão Parlamentar de Inquérito, tais são as informações diferentes que são pretendidas no mesmo pedido de informação. Ele é anti-regimental à medida que ele extrapola os limites, porque ele mistura diversas informações sobre o mesmo órgão estatal. Como se trata de um instrumento para promover, única e exclusivamente, o desgaste político, encaminhamos contrário à aprovação do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Deputados que forem favoráveis ao requerimento, votarão SIM. Contrários ao requerimento votarão NÃO.

Dezoito votos NÃO, 10 SIM, uma abstenção. Está **rejeitado** o requerimento.

Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 867/07 e 216/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 100, 130, 197 e 199/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 198, 202 e 203/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 525/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3332, datado de 25/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a NORMA DAL BIANCO DE ANDRADE, matrícula nº 40671, portadora do RG 319.947-9/PR, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/08/85, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, lotada na Procuradoria Geral, abono de permanência nos termos do artigo 3º e parágrafos 1º e 2º da Emenda Constitucional nº 042, de 31/12/03, a partir da data do pedido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 527/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4133, datado de 14/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover, REGINA MARIA LEVANDOSKI, matrícula nº 40769, para ocupar o cargo de Coordenadora Adjunta de Suprimentos junto à Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 01/05/08.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 529/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6841, datado de 18/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

1. revogar o Ato da Comissão Executiva nº 1016/06, publicado no Diário da Assembléia Legislativa no dia 04/12/06, à fl. 38, que trata da aposentadoria compulsória da funcionária Nilsa Pereira da Silva; e
2. conceder aposentadoria compulsória a NILSA PEREIRA DA SILVA, matrícula 40906, funcionária do

Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01, a partir de 18/04/06, data em que completou 70 anos de idade, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal, combinado com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41/03, acrescidos de três adicionais assegurados pelo artigo 170 e parágrafo único da Lei Estadual nº 6174/70, sendo que seus proventos serão reajustados com paridade, ou seja, para sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e as mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo, também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação de cargos, resultando nos proventos de fl. 63 da Coordenação de Relações Trabalhistas da Casa e conforme opção da funcionária.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 530/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4156, datado de 15/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MARA LUIZA ZECH, matrícula nº 40460, portadora do RG 3.145.399-2/PR, e do CPF 610.682.689-72, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02/05/86, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-10, lotada na Biblioteca, nos termos do artigo 247, e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 531/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4197, datado de 19/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ELIETE DE PAULA XAVIER ZIESEMER, matrícula nº 40447, portadora do RG 514.497-3/PR e do

CPF 140.104.379-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/05/88, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-02, lotada na Diretoria Administrativa, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º e parágrafo 1º e da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, a partir da data do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 532/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4070, datado de 14/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ADELAIDE DA SILVA OSMAN, matrícula nº 40336, portadora do RG 1.490.751/PR e do CPF 552.659.609-53, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/03/84, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, lotada no Setor de Água, nos termos do artigo 247, e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 110/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4644, datado de 28/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH G. CAMATI, matrícula nº 40689, de 04 (quatro) dias, a partir de 12/05/08, com término em 16/05/08, CID. 10 I 27.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 111/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4645, datado de 28/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH G. CAMATI, matrícula nº 40689, de 01 (um) dias, a partir de 08/05/08, com término em 09/05/08, CID. 10 I 27.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 112/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4646, datado de 28/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH G. CAMATI, matrícula nº 40689, de 04 (quatro) dias, a partir de 18/02/08, com término em 22/02/08, CID. 10 S 66 e S 63.6.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões**Redação**

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 795/07, 031/08, 095/08, 127/08 e 149/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 809/07, 019/08, 038/08, 077/08, 123/08, 143/08, 144/08 e 146/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 808/07, 828/07, 860/07, 070/08, 097/08 e 142/07, e ao Projeto de Resolução nº 008/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 843/07 e 046/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente

ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 035/08, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Direitos Humanos e Cidadania

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühler, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Reni Pereira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando para a Ordem do Dia. 01) Projeto de Resolução nº 013/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

